



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1027/07	DATA: 29/07/2007
INÍCIO: 10h45min	TÉRMINO: 16h07min	DURAÇÃO: 04h48min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h48min	PÁGINAS: 93	QUARTOS: 58

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

CRISTINA BUARQUE – Secretária-Executiva da Mulher de Pernambuco.
JOANA SANTOS – Coordenadora do Fórum de Mulheres de Pernambuco.
TEREZINHA NUNES – Presidenta da Comissão de Defesa da Cidadania da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.
ANA PAULA PORTELLA – Representante do SOS Corpo.
TERESA LEITÃO – Presidenta da Comissão de Educação e Cultura da Assembléia Legislativa de Pernambuco.
ELINA CARNEIRO – Presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembléia Legislativa de Pernambuco.
ALBERTO FEITOSA – Deputado Estadual de Pernambuco.
MARCOS MENEZES – Vereador de Recife.
ELDA CALDAS – Subdefensora Pública-Geral de Pernambuco.
HELENA CARDOSO – Coordenadora-Geral da Associação das Profissionais do Sexo da Cidade do Cabo.
MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA – Procurador da República de Pernambuco.
CARLA BATISTA – Representante da Articulação de Mulheres Brasileiras.
REGINA CÉLIA – Representante da ONG SOS Corpo.
TARCIANA LIMA – Representante do Observatório da Comunidade Européia e da Rede Conecta de Direitos Humanos do Hemisfério Sul.
PETRÔNIO OMAR QUERINO TAVARES – Presidente do Instituto Brasileiro Pró-Cidadania.
VERÔNICA AZEVEDO – Coordenadora da Unidade Policial da Mulher da Polícia Civil de Pernambuco.
SAULO CABRAL DOS SANTOS – Representante do Movimento Eu Quero Paz de A a Z – MOVPAZ.
MARGARETH DE CARVALHO SÁ – Representante do Projeto Pacto pela Vida.

SUMÁRIO: Debate para analisar e propor soluções de combate aos constantes crimes de violência contra a mulher praticados no Estado de Pernambuco.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Assembléia Legislativa de Recife, Estado de Pernambuco.
Houve exibição de imagens.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.
Áudio original de baixa qualidade.
Há oradores não identificados.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Bom-dia a todos.

Declaro aberta a presente reunião da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, que será realizada aqui em Recife.

Convido para fazer parte da Mesa, em primeiro lugar, representando o Sr. Governador Eduardo Campos, a Secretária-Executiva da Mulher de Pernambuco, Dra. Cristina Buarque. (*Palmas.*)

Convido também a Presidenta da Comissão de Defesa da Cidadania, Deputada Terezinha Nunes, representando, neste ato, a Assembléia Legislativa. (*Palmas.*)

Como representante da sociedade civil e coordenadora do Fórum de Mulheres de Pernambuco, convido a Sra. Joana Santos. (*Palmas.*)

Convido também, para representar o Sr. Prefeito João Paulo, a Sra. Juliana César, da Coordenadoria da Mulher (*palmas*); o Sr. Marcos Costa, Procurador da República do Ministério Público Federal (*palmas*); e o Vereador Marcos Menezes, que representa o Presidente da Câmara de Vereadores da Capital (*palmas*).

Por fim, convido a Deputada Tereza Leitão, Presidenta da Comissão de Educação. (*Palmas.*)

Desculpe o nosso atraso. Vamos dar início a esta audiência pública designando o Deputado Fernando Lemos como Relator Geral. Designo como Secretário e Sub-Relator para alterações legislativas o Deputado Vanildo, que se encontra ao nosso lado.

Passo a palavra ao Secretário da reunião, a fim de que faça a leitura do requerimento que permitiu que realizássemos esta audiência.

Com a palavra o Deputado Valtenir Pereira.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Passo agora a ler:

“Câmara dos Deputados.

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Requerimento, junho de 2007, de autoria do Deputado Raul Jungmann e da Sra. Deputada Marina Maggessi.



Requeremos seja enviada delegação de Deputados membros da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado ao Estado de Pernambuco.

Sr. Presidente, requeremos a V.Exa. autorização para deslocamento de uma delegação de Deputados, membros desta Comissão, a serem enviados a Pernambuco no dia 28 de junho de 2007, para analisarem e proporem soluções, a fim de combater os constantes crimes de violência contra a mulher, que reiteradamente vêm ocorrendo naquele Estado.

Junho de 2007, Deputado Raul Jungmann, PPS, Pernambuco, e Deputada Marina Maggesi, PPS, Rio de Janeiro.

Justificativa.

No dia 2 de junho deste ano tínhamos o registro de mais de 130 homicídios contra mulheres pernambucanas. Entre 2002 e 2006 foram mortas 1.484 mulheres naquele Estado. Esses números são tão assustadores que a ONG Anistia Internacional, em dezembro de 2006, denunciou internacionalmente o que vem acontecendo em Pernambuco. Mas nenhuma ação para combater essa violência foi desenvolvida e a cada dia os crimes aumentam.

A situação é de tamanha gravidade que lideranças regionais e representantes de defesa dos direitos das mulheres já apuraram que o número de 130 mortes registradas até o segundo dia deste mês de junho podem ser bem maiores.

A maioria dos casos é fruto da violência doméstica: mulheres mortas por maridos, namorados ou familiares.

Segundo a Sempre Viva Organização Feminina — SOF, cerca de 70% dos casos que passaram por juizados



especiais estavam relacionados à violência doméstica contra a mulher. No entanto, 90% desses casos foram arquivados ou resultaram somente no pagamento de cestas básicas ou multas.

Não há dúvida de que a violência contra a mulher no Estado de Pernambuco fere os princípios dos direitos humanos, do direito à vida. O Estado, o maior responsável pela organização da sociedade, também representado pelo Parlamento, tem por obrigação assumir os debates, fiscalizar e apresentar soluções para esse que é tema de relevância nacional.

Nisso, pedimos a apreciação e a aprovação deste requerimento, para que esta Comissão apresente com a máxima brevidade as soluções desse gravíssimo problema àquelas mulheres que clamam o direito de viver.

Sala de reuniões, junho de 2007.

Deputado Raul Jungmann e Deputada Marina Maggesi.”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Muito obrigado, Deputado Valtenir Pereira.

Antes de dar prosseguimento a esta audiência, gostaria de dizer 2 palavras a respeito de um pequeno constrangimento que eu gostaria de confessar. Quando idealizamos esta audiência pública, imaginávamos que teríamos aqui uma delegação sobretudo de Parlamentares mulheres. Ocorre que temos 3 Deputadas na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. A primeira delas, a Deputada Rita Camata, trocou de Comissão, saiu desta e passou para uma outra.

Em seguida, teríamos a presença aqui, que muito nos distinguiria e que, sem sombra de dúvida, muito contribuiria para todo esse trabalho, da Deputada Iriny Lopes, do PT do Espírito Santo, ex-Presidenta da Comissão de Direitos Humanos. Entretanto, S.Exa. foi forçada a ficar ontem em Brasília, porque o Líder do PT, Deputado Luiz Sérgio, teve que se afastar, e ela, então, teve que assumir a



liderança em um momento crítico, que foi exatamente o da votação — ou, talvez, não-votação, porque não se votou absolutamente nada — da reforma política. S.Exa. pediu mil desculpas, mas não pôde estar presente.

Por fim, a companheira de partido Deputada Marina Maggesi, do PPS do Rio de Janeiro, que estaria aqui conosco e, inclusive, é co-autora do requerimento, encontra-se hospitalizada, com pneumonia.

Portanto, eu, o Fernando e o Valtenir pedimos desculpas a todos, porque acho, inclusive, que este ato deveria estar sendo presidido por uma Parlamentar. Infelizmente, as circunstâncias foram essas. Pedimos desculpas, mas era importante que se realizasse, ainda assim, este nosso encontro, que, obviamente, deverá ser seqüenciado por um segundo e por um terceiro.

Eu conversava ainda pouco com a Secretária Cristina e dizia a ela que a nossa preocupação, diante dos fatos, diante da exorbitância da violência contra a mulher em Pernambuco e diante, evidentemente, do desafio, seja ele legal, seja ele preventivo, seja ele policial, seja ele cultural, seja ele educativo, evidentemente era o Congresso, em especial a Câmara, não deixar de se fazer presente, de vir até aqui, de conhecer de perto esses problemas, de procurar entendê-los e, obviamente, com muita humildade, procurar aprender e ajudar.

Então, essa é a nossa preocupação hoje aqui, procurar entender esse problema e procurar efetivamente ajudar, na medida das nossas possibilidades. É isso que nos une aqui, e, evidentemente, espero que todos aqui busquem nos dar uma contribuição, para que, da melhor maneira possível, possamos ajudar, se não a resolver, pelo menos a minimizar esse problema.

É com muita humildade que estamos hoje aqui. Estamos em um ato de reflexão coletiva, para pensar, para discutir, para buscar entender e, obviamente, para colocar as energias e as possibilidades do Parlamento, em especial da Câmara, à disposição para ajudar e minimizar a dor e o sofrimento de tantas mulheres aqui nosso Estado. Sem pretensão de esgotar o assunto, sem pretensão de ter uma fórmula mágica para resolver isso, entendemos que é nosso papel procurar ajudar tanto a sociedade no Estado de Pernambuco como também, evidentemente, as autoridades que lidam com esse problema.



Posto isto, gostaria de passar, com muita alegria e com muita honra, a palavra para a Secretária Cristina Buarque, de quem conhecemos a trajetória de luta, a sua experiência de bastante tempo e que neste ato nos honra ao representar o Governador Eduardo Campos.

A SRA. CRISTINA BUARQUE - Bom-dia a todos os presentes, bom-dia Deputadas e Deputados, companheiras do Fórum de Mulheres de Pernambuco, Coordenadora da Mulher da Prefeitura do Recife, delegadas aqui presentes, Dra. Verônica e outras Deputados, é com muita honra que represento o Governador do Estado de Pernambuco, o Sr. Eduardo Campos, neste momento em que a Câmara Federal está em nosso Estado querendo essa articulação, querendo refletir conosco sobre os caminhos para enfrentarmos essa violência, que é a forma mais profunda do patriarcado de controlar a vida das mulheres.

Essa violência não é nada de tão específico no conjunto da sociedade. Ela é uma forma de estruturar essa sociedade. O Deputado Raul Jungmann há pouco dizia: *“Cristina, isso é estrutural, isso é cultural. Por que essa explosão?”* Eu respondi a S.Exa. que não acreditava numa explosão, que acho que essa violência é explosiva na sua visibilidade agora, e essa visibilidade se deve única e exclusivamente ao Movimento de Mulheres do Estado de Pernambuco.

O Movimento de Mulheres do Estado de Pernambuco passou a considerar essa violência como um crime, passou a contar quantas mulheres eram agredidas e passou a exigir que os Poderes Públicos se responsabilizassem por atos que viessem a inibir, a punir e prevenir essa violência.

Penso que estamos diante de um problema cultural da maior gravidade, hoje mais fácil de ser denunciado porque o movimento já fez todo esse trabalho de denúncia. Para ele, hoje é fácil denunciar a violência contra a mulher, o que já foi difícil. Mas continua difícil denunciar para aquelas mulheres que são vítimas, porque não temos ainda um arcabouço, uma rede que segure essa denúncia e garanta a essa mulher, nessa denúncia, sair dessa encruzilhada. Mas é também a violência mais difícil de ser enfrentada. Ela exige mais profundamente do que o sistema de punição, de prevenção, de apoio às mulheres vítimas da violência. Ela exige uma profunda transformação da nossa cultura. E essa profunda transformação implica grande processo educacional de homens, mulheres e crianças.



O que nós, da Secretaria da Mulher, com o total apoio do Sr. Governador do Estado Eduardo Campos, temos construído como responsáveis pela articulação de uma política de enfrentamento à violência contra a mulher? Começamos a partir de um diagnóstico dos serviços ofertados pelo Estado de Pernambuco, pelo Governo e pelo Poder Judiciário também. E esse diagnóstico teve 2 veículos, 2 caminhos.

O primeiro foi nós mesmas da Secretaria visitarmos esse serviço, visitarmos as delegacias, o ISAM que existia aqui, a casa apoio e a área de saúde, o Centro Wilma Lessa, que presta apoio na área da saúde, e o outro foi completar uma pesquisa com o SOS Corpo, uma sociedade civil que reúne um acúmulo de conhecimentos sobre a questão. Esse foi o nosso primeiro passo. O segundo passo seria articular todos os poderes dentro do Estado e tentar essa mesma articulação, tanto para os Municípios como para a União Federal, ou seja, uma articulação entre todas as esferas.

Fizemos essa articulação por meio da constituição de uma comissão permanente de enfrentamento à violência contra a mulher, que desde fevereiro deste ano se reúne quinzenalmente. Dela participam as Secretarias de Saúde, de Educação, de Desenvolvimento Social e de Defesa, além do Ministério Público, do Judiciário e da OAB. Por meio dessa comissão vamos ouvir todas as organizações de mulheres da sociedade civil que trabalham com a temática da violência contra a mulher.

A partir dessa articulação, nós também pegamos todas as propostas da 1ª Conferência Estadual de Política para as Mulheres sobre a violência contra a mulher, para constatarmos que demandas concretas têm a população no que diz respeito a esse tipo de crime. E aí vimos que existe uma demanda muito grande nesse sentido que parte do interior do Estado e das zonas rurais. Assim a questão vai se tornando mais complexa. Uma coisa é enfrentar um tipo de violência no espaço urbano, outra é enfrentá-lo no espaço rural, onde a população é dispersa e não há os serviços disponíveis na cidade, o que nos obriga a acionar outro tipo de serviço e ter criatividade para trabalhar esse tipo de questão.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. CRISTINA BUARQUE - Ter de vir para Recife.



Continuando, começamos, então, a discutir a elaboração de nossas estratégias. Vejamos quais são elas. O Governo Federal, a Sra. Ministra, já havia estado aqui em 2005 e 2006 discutindo com a sociedade civil e com o Governo anterior. Voltou a esta Casa em fevereiro, em abril e agora, durante a 2ª Conferência Estadual. Observando o que outros Estados vêm fazendo, partimos para a seguinte proposta, inclusive baseados na perspectiva do Governo do Estado de regionalização e interiorização de suas ações: temos hoje em Pernambuco 4 delegacias especializadas: uma em Santo Amaro, Recife, outra em Jaboatão e outras 2 em Caruaru e Petrolina. Outro tipo de serviço são as casas-abrigo: há uma em Recife, outra em Floresta e outra em Petrolina. Há ainda os centros de referência, presentes em Recife, Olinda e outro recentemente implantado em Caruaru.

Não é possível implantarmos delegacias em todos os municípios. Alguns são muito pequenos, outros, muitos grandes. Foram, portanto, necessários critérios para a instalação de delegacias. Foi necessário trabalhar com a idéia de rede, uma rede vertical e horizontal, em cujo cruzamento teríamos os pólos. Nossa estratégia é constituir os pólos por região e em cada uma delas haveria o município-sede desses pólos, onde estariam concentrados todos os serviços. Isso não significa que não haveria serviços nas outras cidades da região, mas o pólo teria uma base. Dessa forma, seria necessário que o município-sede tivesse uma coordenadoria ou uma secretaria da mulher, um conselho de mulheres, uma delegacia, uma casa-abrigo, um centro de referência, um movimento de mulheres organizado de forma que, além do conselho, criassem comitês para prevenção e para monitoramento dessas ações.

Em conversa com a Sra. Ministra, aprovamos proposta vinda do Governo Federal, que destinava 1,5 milhão de reais para 2 anos. O Governo do Estado deverá aportar mais meio milhão de reais em 2 anos e no terceiro ano mais 1 milhão de reais divididos entre o Governo Estado e outras áreas. Conversamos com a UNIFEM, que também vai nos apoiar, e já apoia algumas organizações não governamentais voltadas para a questão da violência. Então, ao cabo de 2 anos, teríamos 8 pólos no Estado.

A constituição dos pólos implica formação de consórcio com os Municípios. A partir desses consórcios, definir-se-á qual o Município. Não é só a discussão do



consórcio que definirá o Município, e sim as populações e a quantidade de ocorrências de crimes contra a mulher. Além disso, pretendemos ainda em 2007 formar 4 pólos.

A II Conferência Estadual foi bastante interessante nesse sentido pelo tipo de demanda que veio do interior, já indicando, de alguma forma, nas discussões que as próprias mulheres realizaram nas diversas regiões, quais os lugares que seriam pólos.

Hoje, um jornalista me perguntava quais são os municípios. Respondi-lhe que não poderia anunciar isso sem discutir a fundo com representantes dos próprios municípios. Temos apenas uma idéia, iniciamos a articulação, mas os nomes não estão definidos. Contudo, alguns Municípios já estão definidos de forma muito clara, como o de Salgueiro. Tanto é que o Sr. Secretário da Defesa Social anunciou a criação da delegacia da mulher nesse município. Nós já o indicamos, e a Prefeita já deu sinal verde para criarmos também a coordenadoria da mulher, algo importante. É necessário um órgão executivo na Prefeitura para garantir o funcionamento.

Essa é a nossa estratégia. Primeiro criaremos os pólos e depois partiremos para as defensorias. Inclusive está aqui presente a Defensora Elda Caldas. Em 1º de junho a Defensoria Pública passou a funcionar num prédio, com o apoio também da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do Governo Federal. Nós estamos acompanhando todo o trabalho. Temos conhecimento de que a Defensoria já recebeu 40 casos que já estão sendo encaminhados.

Deputado, agradeço à Câmara dos Deputados por vir até aqui. Queremos contar com o apoio da instituição para realizarmos o trabalho, mas é importante dizer que este processo tem de ser feito em rede. Por mais urgente que seja essa questão, não se pode adotar medidas emergenciais. Precisamos realmente construir algo que modifique o atual cenário. A punição é fundamental, mas não basta. Temos vistos vários homens declararem publicamente que a Lei Maria da Penha é um terror. E, por ouvir tanto isso, começamos a ter o sentimento mais profundo de que devemos fazer campanha intensa de divulgação dessa lei em todo o Estado por meio da televisão, do rádio, nas escolas, nos ônibus. Vamos deflagrar essa campanha de divulgação da Lei Maria da Penha no Festival de Inverno de Garanhuns, ocasião em aquele município recebe 1 milhão de pessoas, muitas delas



da região do agreste, nossa maior região. São 75 Municípios. E até o carnaval pretendemos chegar a todos os Municípios do Estado. Essa campanha, repito, é fundamental.

Daremos continuidade também à campanha que iniciamos no carnaval, que tem o seguinte *slogan*: “*Violência contra a mulher é coisa de outra cultura*”. Pretendemos discutir diretamente com o pessoal da área de cultura. Para isso temos o apoio da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco — FUNDARPE. Essa fundação trabalha e trabalhará conosco em todas as grandes festas. Como temos muitas festas, será o ano todo. Iniciaremos no carnaval, passaremos pela Semana Santa, pela festa de São João, pelo Circuito do Frio e terminaremos no período do Natal. Isto é, utilizaremos a parte boa da nossa cultura para fazer grande crítica à parte ruim da nossa cultura, que é essa perspectiva patriarcal que se consolida de forma muito implícita e muito explícita por meio da violência. Aliás, a violência contra a mulher não é apenas a doméstica. Ela está aí o tempo inteiro. O caso da empregada doméstica ocorrido no Rio de Janeiro demonstra que essa violência não ocorre só em casa. Por isso não devemos combater apenas a violência doméstica se quisermos reverter esse quadro. Devemos seguir por outros caminhos para revertermos a situação.

É mais ou menos isso. Poderíamos discutir muitos outros pontos, mas nossa estratégia é criar esses pólos e trabalhar. Há uma área pouquíssimo trabalhada, que é toda a zona litorânea de Pernambuco, onde existem várias facetas da violência contra a mulher, como o abuso sexual e outros aspectos. Então, precisamos fazer um trabalho na zona litorânea e para isso criaremos 2 casas de apoio. Casa-abrigo é aquela que guarda a mulher por muito tempo; casa de apoio é outra coisa, é só para uma passagem. Teremos uma casa de apoio em Recife e outra na zona litorânea sul do Estado.

É mais ou menos isso. Poderíamos falar muito mais, mas também queremos ouvir os outros expositores.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Obrigado, Sra. Cristina.

Com muita alegria e honra, gostaria de chamar para compor a Mesa um companheiro nosso pernambucano, membro da Comissão de Segurança Pública e



Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados, defensor dos direitos humanos, o Sr. Paulo Rubem Santiago.

Deputado Paulo Rubem, seja bem-vindo. O Deputado Paulo Rubem Santiago está realizando um trabalho em relação ao qual temos grande expectativa. S.Exa. criou uma Subcomissão para tratar dos orçamentos, dos recursos para a área de segurança. Tenho certeza de que S.Exa. cumprirá essa expectativa e nos informará sobre a destinação dos recursos para essa área, sobre os gastos e a origem do dinheiro, o que é importantíssimo.

Informo a todos que esta audiência está sendo gravada e depois vamos disponibilizar as notas taquigráficas por meio da Internet e, posteriormente, de forma impressa, o que vai demorar mais um pouco. Mas o que está sendo discutido nesta reunião estará a disposição de todos, para que possam tirar o maior proveito. *(Palmas.)*

Vou chamar agora uma representante da sociedade civil. Pelo que me dizem, a entidade que mais aglutina o conjunto de entidades é exatamente o Fórum de Mulheres de Pernambuco.

Peço a compreensão de todos para um aspecto. Vamos alternar as falas. Vamos ouvir 1 autoridade do setor público e 1 representante da sociedade civil, para não ficar muito monocórdio.

Pedimos também compreensão aos companheiros, mas vamos dar preferência à fala, ao testemunho, à reflexão e à contribuição das mulheres. Isso não significa que os homens não são bem-vindos ou que não vão falar. Não é isso, Marcelo? Lembro ainda que este é um evento para sobretudo ouvirmos a reflexão das mulheres.

Convido para falar pelo Fórum de Mulheres de Pernambuco a Sra. Joana Santos. Em seguida ouviremos a Presidenta da Comissão, Deputada Terezinha Nunes.

A SRA. JOANA SANTOS - Bom-dia a todos. É com satisfação que o Fórum de Mulheres de Pernambuco ocupa este espaço, por compreender que esta audiência pública é um processo de construção de diálogo e de debate sobre a situação de violência contra as mulheres em Pernambuco.



Sras. e Srs. Deputados, demais participantes desta Mesa, prezados ouvintes, embora o convite para nós, do Fórum de Mulheres, expressarmos nossa fala nesta audiência tenha sido feito em cima da hora, o Fórum não poderia estar ausente nesse compromisso em que estão representados diversos movimentos e organizações de mulheres em nosso Estado.

De antemão sabemos que o Fórum de Mulheres não é nem temos a pretensão de que seja a única expressão organizativa do movimento de mulheres no Estado. Mas podemos afirmar sem sombra de dúvida que nesses 20 anos de existência dessa articulação feminista que é o Fórum de Mulheres, composto por mais de 70 entidades, organizações feministas, ONGs e grupos populares de mulheres que têm participação política em diversas lutas sociais, enfim, todos se juntam e fazem acontecer essa articulação feminista em Pernambuco. Essa luta tem-lhe credenciado reconhecimento enquanto sujeito político, não somente na efetivação de ações de combate à violência contra as mulheres, como também nas diversas lutas pela garantia e efetivação dos direitos das mulheres e o acesso delas a esses direitos.

Nos últimos 3 anos, já perdemos a conta do número de audiências públicas sobre a violência contra as mulheres que foram realizadas em Pernambuco. Só para citar alguns exemplos mais recentes, em 2006, o Fórum de Mulheres realizou várias audiências públicas articulada em dimensão nacional e internacional. Realizamos audiência pública com representantes do Governo Federal, da Ministra da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. Realizamos audiência pública em Pernambuco com representantes do Congresso Nacional e outra com representantes da Anistia Internacional, bem como várias reuniões e audiências públicas com órgãos públicos e representantes do Governo do Estado na gestão anterior.

Algumas dessas audiências apontaram desdobramentos e encaminhamentos práticos. Outras simplesmente foram ignoradas. Mas com certeza não perderemos a capacidade de acreditar e até de insistir, enquanto prática política, na importância da realização desse tipo de iniciativa, por compreender que se caracteriza como um espaço de diálogo e debate entre vários atores sociais. Um exemplo é esta audiência, em que se encontram presentes vários atores, como gestores públicos,



Parlamentares, secretários, coordenadores e o próprio Poder Legislativo, aqui representado pela Assembléia Legislativa, além de diversos outros órgãos, diversas outras entidades que têm pautado a sua luta no combate à violência no Estado.

Apesar de toda a importância e valorização dessa pluralidade de sujeitos, tem sido a sociedade civil organizada, com ênfase nos movimentos sociais, como o Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, o Movimento Negro e em especial o Movimento de Mulheres, além das feministas, que se não são as primeiras, têm sido as mais importantes e as principais protagonistas desse processo de transformação social.

Na medida em que se recoloca em âmbito local e internacional o debate sobre a violência contra as mulheres como um problema social, tanto a sociedade quanto o Estado e Governo, principalmente, devem apresentar ações eficazes para erradicar toda e qualquer forma de violência praticada contra as mulheres que se traduza na violação dos direitos humanos.

O Fórum de Mulheres de Pernambuco tem pautado suas lutas em ações de mobilização social permanente, a exemplo da realização das vigílias pelo fim da violência contra as mulheres. O Fórum tem descentralizado essa ação nas diversas regiões do Estado, envolvendo grupos populares de mulheres e ocupando os vários meios de comunicação social — rádio, televisão, jornais e outros — para atualizar o debate sobre a violência contra a mulher, pois, embora a violência contra as mulheres aconteça há séculos, atualiza-se hoje na realidade e no cotidiano da vida das mulheres.

A realidade e o cotidiano das mulheres infelizmente ainda estão recheados de muitas expressões de violência. E aqui é importante entender que a violência contra as mulheres não se retrata, embora os noticiários façam a opção por mostrar as marcas no rosto e no corpo da mulher que foi violentada, como se fosse unicamente uma violência física.

No Brasil, temos uma lei recente, a Lei Maria da Penha, de nº 11.340, de 2006, que, além da violência física, tipifica a violência sexual, a violência psicológica, a violência moral e a violência patrimonial.



Em qualquer situação de violência praticada contra a mulher deve haver medidas de proteção ou de assistência à mulher vítima de violência e medidas punitivas aos agressores.

Neste sentido, é muito importante a criação, bem como a manutenção e o funcionamento dos serviços públicos de assistência à mulher vítima de violência, articulado em redes de serviços e de forma intersectorizada.

Evidentemente, essas ações têm de partir de uma decisão e de uma prioridade política por parte do Poder Público, a fim de fomentar e garantir a sustentabilidade dessas redes com ações permanentes de treinamento, de supervisão e avaliação. E que essa definição política seja viabilizada enquanto ação de Estado e que não se reproduza em práticas políticas de Governo para ser trocada ou negociada quando houver mudanças pautadas em interesses eleitorais, mas que seja firmada numa articulação permanente e sustentável ao longo dos anos, garantindo dessa forma a efetivação das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

É também na realidade e no cotidiano da vida das mulheres que se espelham os fatos, que se evidenciam os dados estatísticos. A taxa de homicídios, por exemplo, é um indicador do grau de violência existente em uma determinada área, pelo fato de ser o mais grave crime contra a vida e porque, em geral, está associada a outros tipos de crime e de violência.

Nesse item, creio que várias questões suscitadas nos levam ao debate. Uma é entender que a violência contra as mulheres é um problema social que está relacionado com questões estruturadoras da sociedades, nas dimensões sociais, políticas e culturais. Outra é compreender e ampliar o debate para além da divulgação dos números de mulheres assassinadas, que, aliás, parece ser um índice que não se altera no sentido de diminuir, pois perto de 150 mulheres foram assassinadas somente no período de janeiro a junho de 2007, confirmando dado estatístico de que 1 mulher é assassinada por dia em Pernambuco.

Ampliar o debate para nós significa compreender que, embora haja um aumento do número de mulheres assassinadas, por exemplo, nos espaços públicos e/ou envolvidas em situação de tráfico de droga ou de crimes organizados, qualquer que seja a explicação para argumentar a favor dessas falácias de que a mulher é



assassinada porque está envolvida em tráfico de droga, para nós, do movimento feminista, nada justifica o crime, a morte e a situação de vulnerabilidade das mulheres nas cidades.

Parece-nos que a violência contra a mulher continua a ser a sustentação do sistema patriarcal. Em pleno século XX ainda são justificadas mortes de mulheres baseadas nas relações desiguais entre homens e mulheres nesta sociedade. E os dados ainda confirmam que a maioria dos casos de violência contra as mulheres e de morte ainda acontecem no espaço familiar e doméstico e são praticados por pessoas muito próximas de suas relações afetivas, por maridos, ex-maridos, companheiros, irmãos, etc.

Queremos também manifestar nossa preocupação com os familiares de várias mulheres que foram assassinadas em Pernambuco e manifestar a eles nossa solidariedade. Inclusive contamos com a presença de familiares nesta audiência. Muitos dos casos, no máximo, foram noticiados pela imprensa, e essas famílias continuam sem nenhum tipo de proteção e assistência.

Acreditamos que poderemos desdobrar, a partir desta audiência, uma escuta dessas pessoas, para que possam ser agilizados processos nos órgãos públicos competentes, a fim de fazer justiça e acabar com a impunidade neste Estado. Certamente essas ações serão articuladas em conjunto com várias outras ações em redes aqui formadas por diversos órgãos de Estado.

Creio que o debate já se iniciou e certamente várias pessoas do movimento de mulheres e da sociedade em geral, dos Governos e dos Estados devem aproveitar este espaço não só para o debate e para as exposições das idéias, mas também para apresentar suas proposições no sentido de juntar esforços para acabar com a violência contra as mulheres aqui no Estado de Pernambuco, no Brasil e no mundo. Este é o nosso desejo.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Vamos passar a palavra a Sra. Deputada Terezinha Nunes.

Antes, gostaria de registrar algumas presenças. Por isso solicito aos presentes que registrem a presença para que possamos anunciá-los.



Estão presentes as seguintes pessoas: Mariana Granja e Fernanda Marques, da Defensoria Pública; Taciano Domingues, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB; Cristina Sakaki, Defensora Pública; Verônica Azevedo, titular da Delegacia da Mulher de Prazeres; Margareth Sá, Representante da Polícia Civil; Eronildo Rodolfo de Farias, da Delegacia do Idoso; Judite Cortiso, da Delegacia da Mulher de Jaboatão; Evaldo Soares, companheiro do PPS de Caruaru; Ana Paula Portella, representante do SOS Corpo; Beatriz Gibson, titular da Delegacia da Mulher de Santo Amaro; Ângela Oliveira, representante da FUNDAC; Verônica Azevedo, Delegada Titular da Unidade da Polícia da Mulher, aqui representando o Sr. Secretário da Defesa, Romero de Menezes; Petrônio Muniz, do Instituto Pró-Cidadania; José Damasceno, Presidente Estadual do PTN; Mirtes Cordeiro, ex-Secretária de Justiça e Cidadania do Estado de Pernambuco; Deputado Estadual Esmeraldo Santos; Vereador, experiente na batalha pelos direitos humanos e contra a violência, Marcelo Santa Cruz, representando o CENDEC; Luciana Araújo, Presidente da FEPEAL; Elda Benvindo Caldas, da Defensoria Pública Especializada na Defesa da Mulher; Deputada Elina Carneiro, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembléia Legislativa — peço um assento para a Deputada Elina aqui à mesa, se for possível; Dr. Osvaldo Moraes, Gerente de Polícia Especializada.

Por favor, aqueles que ainda não indicaram o nome o façam para que possamos fazer o registro.

Vou conceder a palavra à Presidenta da Comissão de Defesa da Cidadania, Deputada Estadual Terezinha Nunes. Em seguida, falará a representante do SOS Corpo.

Com a palavra a Deputada Terezinha Nunes.

A SRA. TEREZINHA NUNES - Bom dia a todos. Saúdo o Presidente da Mesa, Deputado Raul Jungmann, a Secretária Cristina Buarque e, em nome deles, os demais membros da Mesa e especialmente o Fórum de Mulheres de Pernambuco, que tem representantes na Mesa e no auditório.

A questão da violência, hoje uma doença grave na sociedade brasileira, é gravíssima em Pernambuco. Não se pode admitir que neste Estado existam os mais altos índices de violência do País — em alguns casos, são os mais altos do País.



A violência em Pernambuco, como aqui já foi abordado pela Secretária Cristina Buarque, está vinculada a um problema cultural. Em relação às mulheres, há um problema relativo ao patriarcado do Estado. Não é de hoje que as mulheres são assassinadas em Pernambuco, como disse a Secretária — conhecemos os números. O movimento de mulheres organizado neste Estado, respeitável e de enorme dimensão, conseguiu trazer para o debate público uma questão que existia dentro das casas, nas famílias e, em alguns momentos, nas delegacias de polícia. Isso fez com que se despertasse para a necessidade de combater o problema da violência.

A questão do combate à violência em Pernambuco, Deputado Raul Jungmann, passa pelas mulheres, não só porque elas próprias são vítimas da violência, como também os seus filhos. Hoje, falo aqui não só em nome das mulheres que estão sendo agredidas em casa e assassinadas nas ruas, mas também em nome daquelas que sofrem pela perda de filhos, assassinados — algo que acontece diariamente — nas zonas urbanas deste Estado, sobretudo na periferia. Nós que somos mulheres sabemos que, às vezes, dói muito mais a violência contra um filho do que a violência contra nós mesmas, que nos atinge do ponto de vista físico, e também emocional. A violência contra um filho nos atinge do ponto de vista emocional, e tem uma dimensão talvez ainda maior do que quando somos vítimas de agressão física. Tenho encontrado na periferia das grandes cidades de Pernambuco mães, aflitas, que dizem que não vêem mais sentido em viver, em razão da perda de filhos e netos nas ruas dessas cidades.

Por isso, Deputado Raul Jungmann, a participação das mulheres nesse debate é de fundamental importância para tentarmos reduzir os índices da violência no Estado em geral, e não só contra as mulheres.

Vale ressaltar — às vezes não se percebe isto — que qualquer cidadão, quando está em casa, considera-se protegido. Quando está na rua, ele não tem certeza de que não será agredido na esquina; mas, à noite, quando está em casa, com as grades e portas fechadas, sente-se protegido para dormir tranquilo e enfrentar o dia seguinte e a batalha contra a violência nas ruas. Já mulheres encontram dentro de casa, onde os homens normalmente se abrigam, também o local da violência. Então, as mulheres, hoje, não conseguem ter paz nem dentro de



casa. Essa é a verdade. Os homens ainda conseguem ter paz quando estão em casa; as mulheres encontram exatamente dentro de casa a violência. Assim, a casa passa a ser, em vez de abrigo, um cárcere, no qual a mulher é agredida diariamente.

É preciso discutir a real dimensão familiar e a da violência em geral que atinge as mulheres. Considero fundamental, por exemplo, o trabalho de Cristina Buarque, que há muitos e muitos anos tem-se dedicado à luta pelo fim da violência contra as mulheres. A meu ver, ela tem condições de estar à frente da Secretaria de Mulheres porque pode tentar trazer para o debate não só as mulheres que são vítimas dos maridos, filhos e parentes, mas também aquelas mães cujos filhos são assassinados.

Se conseguirmos trazer todas essas mulheres para o debate, a fim de fazer uma força-tarefa, com o apoio de toda a sociedade, no meu entendimento, vamos conseguir, Cristina, que esta cultura negativa de Pernambuco, a cultura da violência, seja eliminada em nosso Estado. A outra cultura também é importantíssima, a cultura do bem. Com essas mulheres, podemos fazer um trabalho que nos dignifique e que também altere positivamente esses números.

Não adianta mais falar em números em Pernambuco. Foram utilizados para denunciar a violência. Mas, agora que ela está estabilizada — há fortes componentes na cultura deste Estado —, os números já não servem mais para a denúncia. É preciso partir para os exemplos. Exemplos das mulheres que foram agredidas, das mulheres que conseguiram vencer a violência e das mulheres que, não tenho dúvida, daqui para frente vão encarar essa batalha e sair vitoriosas.

Sr. Presidente, eu sou otimista, creio que há solução. Precisamos apenas unir as pessoas que querem realmente trabalhar no sentido de acabar com essa chaga que vitima nosso Estado e que nos cria problemas em todos os setores, como no de saúde, de turismo, no setor econômico, educacional, enfim, em todos os setores.

Portanto, estou aqui hoje, Deputado Raul Jungmann, para dizer que nós da Comissão de Defesa da Cidadania, que já está nesta batalha junto com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembléia Legislativa, estamos na trincheira, dispostas a continuar lutando, a trazer para o debate todas essas questões e, sobretudo, a pregar a união política de Pernambuco.



Pernambuco é um Estado de grandes contradições, um Estado de grandes radicalizações. Na questão da violência não cabe política, não cabe partido, não cabe radicalização, cabe união. Todas as correntes políticas de Pernambuco precisam se unir, para nós, juntos, tentarmos livrar o nosso Estado dessa chaga social que nos vitima em todos os níveis.

Contra as mulheres, a violência é dupla, porque há a violência geral, que vitima filhos, e há a violência doméstica, que vitima a mulher diretamente.

Continuo na trincheira.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Deputada Terezinha Nunes, comentava com Cristina Buarque que esse espírito de convergência deve ser, sem sombra de dúvida, aquilo que nos anima. Acredito que anima a todos. Parece-me ser esse o caminho.

Gostaria de registrar a presença de Ane Barbosa, representando a Dignidart; Maria Aparecida, do Centro das Mulheres do Cabo, centro tradicional de resistência em defesa das mulheres; Cleide Cristina da Silva, primeira mulher a se valer da Lei Maria da Penha, no Cabo de Santo Agostinho; Airton Maciel, que convido para fazer parte da Mesa, Presidente do Sindicato de Jornalistas de Pernambuco — seja bem-vindo; companheiro Prefeito Luís Raimundo, representando o seu Município de Limoeiro; Nena Cabral, ex-Prefeito de Paulista — seja bem-vindo; Deputada Elina Carneiro, que já se encontra à mesa, Presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco; Raquel Esteves, aqui representando o Centro de Referência Clarice Lispector; Taciana Lima, representando a Rede Conecta de Direitos Humanos do Hemisfério Sul e o Fórum Observatório da União Européia.

Espero não ter esquecido de ninguém.

Vou conceder a palavra à representante do SOS Corpo. Em seguida falará a Deputada Teresa Leitão.

A SRA. ANA PAULA PORTELLA - Bom dia, Deputado Raul Jungmann. Saúdo os integrantes da Mesa. Bom dia a todos. Estou representando o SOS Corpo, um instituto feminista para a democracia. É uma instituição feminista de



Pernambuco, integrada ao Fórum de Mulheres de Pernambuco e à Articulação de Mulheres Brasileiras.

No SOS Corpo sou responsável particularmente pelo Observatório da Violência contra as Mulheres. Nossa tarefa tem sido justamente a de nos aproximar da realidade da violência contra as mulheres no Estado. Trabalhamos sistematicamente com os números. Devo dizer que os números nos têm ajudado muito a compreender a situação da violência aqui.

Concordo com a Deputada Terezinha quando diz que os números são insuficientes, mas são muito importantes, porque é somente por meio deles que temos realmente a noção da dimensão do que acontece em nosso Estado.

É verdade que a violência contra as mulheres é um problema secular, está completamente enraizado no sistema patriarcal e é a expressão mais dramática e mais trágica do patriarcado no mundo e no nosso País em particular.

Não é verdade que a situação relativa aos homicídios de mulheres no Estado de Pernambuco não se apresenta com essa gravidade há muito tempo. Os homicídios de mulheres crescem no Estado de Pernambuco na mesma medida que crescem os homicídios de homens também.

Infelizmente, o Estado de Pernambuco, assim como o Estado de São Paulo, o Estado do Rio de Janeiro e o Estado do Espírito Santo, apresenta crescimento da violência letal. Essa violência tem data, inicia-se no final dos anos 70 e começo dos anos 80.

Então se estabelece uma situação de crescimento da criminalidade violenta em nosso Estado, que termina atingindo alguns grupos que já são social e culturalmente vulneráveis, como é o caso das mulheres.

Até o início dos anos 80, no Estado de Pernambuco tínhamos a tarefa, que já era grave, de enfrentar a violência doméstica, a violência não letal contra as mulheres — espancamento, agressão verbal, violência psicológica. A partir de meados dos anos 80, tivemos de enfrentar mais um tipo de violência, a violência letal, sobretudo naquelas áreas em que atuam os grupos criminosos.

Não estou falando da violência relativa ao assalto que acontece na rua, a qual todos estamos sujeitos, estou falando de certas áreas do Estado de Pernambuco, como o Polígono da Maconha, por exemplo, de certas áreas da nossa Região



Metropolitana, em que existe enorme circulação de armas de fogo, em que existem a atuação e o domínio de alguns grupos organizados criminosos, o que termina por afetar o cotidiano das centenas de milhares de mulheres que ali residem.

No nosso trabalho costumamos citar o exemplo das mulheres que sofrem cotidianamente a violência dos maridos e moram em algum lugar em que haja toque de recolher. Essa mulher até pode ter à sua disposição delegacia de atendimento às mulheres ou um centro de referência no qual possa se recolher. Mas, se há o toque de recolher às 20h da noite e é espancada pelo marido às 22h, por exemplo, não tem como sair de casa para procurar a delegacia ou o centro de referência.

Temos realmente áreas que exigem um tipo de atenção diferenciada. Políticas universais não atingem do mesmo modo todos os grupos populacionais. Temos um grave problema para enfrentar. Precisamos pensar políticas integradas. Vemos com expectativa muito positiva o recente plano estadual de segurança pública, com que, conforme uma de suas linhas, se pretende construir uma política de controle de armas no Estado e eleger como áreas prioritárias de ação algumas dessas que concentram diferentes tipos de violência e provocam diversos tipos de vulnerabilidade para as mulheres. Vemos com expectativa muito positiva tudo isso e a articulação conjunta da Secretaria da Mulher com a Secretaria de Defesa Social para a execução desse plano.

Essa é uma tarefa árdua. Como bem disse Joana, esta não é a primeira audiência que realizamos. Desde 2003 realizamos audiências federais, estaduais e municipais sistematicamente, com todos os níveis de governo, e lamentavelmente não vimos ainda uma única redução nos índices de violência contra as mulheres no Estado.

A questão não está pronta, mas tivemos uma sinalização positiva a esse respeito. Lamentavelmente, nos 4 anos anteriores, não tivemos qualquer sinalização positiva. A partir deste ano, passamos a ter um conjunto de políticas que aparentemente tem todo o poder de enfrentar o problema, mas até o ano passado — precisamos ser honestas e dizer isto — as audiências resultaram em muito pouco. Esperamos que esta audiência seja diferente. Estamos aqui para colaborar no que for possível, o SOS Corpo e o Fórum de Mulheres de Pernambuco.

Muito obrigada. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Gostaria de registrar a presença do Reverendo Manoel Moraes, da Igreja Anglicana — Secretaria de Direitos Humanos Desmond Tutu; do Deputado Estadual Feitosa, que muito nos honra com a sua presença — seja bem-vindo; de Helena Cardoso, Coordenadora-Geral da Associação dos Profissionais do Sexo; do Vereador Paulo da Água, de Aliança; de Ana Flávia, Presidenta do PDT de Aliança; e de Carmela Galindo, do Disque-Denúncia.

Vou conceder a palavra à Presidenta da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa de Pernambuco e também ativa militante na causa dos direitos humanos e de defesa da mulher, Deputada Teresa Leitão. Em seguida, darei a palavra à representante da Associação de Mulheres do Cabo. (*Palmas.*)

Com a palavra a Deputada Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO - Bom dia a todos. Na pessoa do Deputado Raul Jungmann, cumprimento a Mesa e ressalto a iniciativa.

É muito difícil saudar ou brindar uma iniciativa desta natureza, pelo seu conteúdo, mas é importante que o façamos pela sua estratégia. A Secretária Cristina Buarque e a Coordenadora do Fórum, Joana Santos, refletiam sobre a estratégia do Fórum de Mulheres de colocar esses dados à mostra, de ir às ruas denunciar a própria violência sofrida pelas mulheres. Isso significou o rompimento de uma barreira. Romper o silêncio sobre essa violência foi o primeiro passo da estratégia escolhida pelo Fórum. Dadas as circunstâncias objetivas e subjetivas que essa questão envolve, dá para se avaliar que essa escolha não foi fácil. Não é fácil expor-se em relação a algo que tanto já nos expõe cotidianamente. Acredito que esta audiência se coloca nesse patamar, esta e tantas outras que já foram realizadas e tantas outras que ainda precisarão ser realizadas.

Creio que estamos, tanto no Estado de Pernambuco quanto nos outros Estados brasileiros, vivendo uma realidade em que algumas ações precisam ser valorizadas. A Secretária elencou algumas ações do seu próprio plano estratégico vinculado ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, do Governo Lula, algumas ações em vários municípios. E os equipamentos sociais disponibilizados para as mulheres precisam ser incluídos, evidentemente como um avanço dessas ações, por mais contraditório que possa ser. O plano traz uma abordagem que



condensa as 3 ações principais: a prevenção, o combate e o enfrentamento. Então, na medida em que as políticas se articulam por essas ações, creio que possamos muito lentamente evoluir no que diz respeito a esse avanço. E por que digo “muito lentamente”? Pelos relatos que aqui já foram apresentados, pela evidência que o aspecto cultural tem. Não podemos fugir dele. Ninguém reconstrói ou constrói uma cultura ou práticas sem desconstruir o que existe.

Então, o trabalho de desconstrução tem que ser também muito forte, porque temos adversários para além da estrutura social, adversários de carne e osso também muito fortes, que remam contra nós na desconstrução dessa cultura.

Nesse aspecto é que coloco a área da minha Comissão, a Comissão de Educação, também ressaltando o quesito importante da transversalidade das políticas públicas para as mulheres e do combate, do enfrentamento e da prevenção da violência.

Destaco, no aspecto cultural e educacional, as tentativas muito freqüentes de responsabilização da própria mulher pela violência da qual é vítima. Se é uma violência sexual, um assédio, uma violação, é a mulher que se expõe, é a mulher que usa saia curta demais, é a mulher que seduz demais. Se é uma violência urbana, a violência em vias públicas, é a mulher que se está metendo onde não devia se meter. Essas explicações são constantes.

A recente agressão, também já lembrada pela Secretária, à empregada doméstica no Rio de Janeiro por 5 jovens homens de classe média é uma evidência disso. E qual foi a justificativa dada? *“Batemos porque pensamos que ela fosse uma prostituta.”* E se fosse, podia apanhar? Como se a própria mulher, a sua própria postura, a sua própria inserção social, o seu próprio modo de ser fosse uma justificativa, equivocada, mas é dada pela sociedade da violência que contra ela se comete.

Esse aspecto aqui ressaltado é fundamental.

Destaco um assunto que discutimos na última reunião da Comissão de Direitos da Mulher, que é isso, que a Secretaria de Mulheres também tem como ação prioritária, que é a divulgação da Lei Maria da Penha. Essa lei tem um emblema muito forte na luta contra a violência.



Tecnicamente, a Lei é muito bem escrita, mas já está sendo questionada. Naquela reunião, discutimos essa decisão, que não tem respaldo técnico nenhum. Trata-se de decisão do Juiz de Direito Edílson Rodrigues, da Comarca de Sete Lagoas, da Primeira Vara Criminal e de Menores, do Estado de Minas Gerais. A decisão não tem nenhuma sustentabilidade técnica e jurídica, mas é um poço de preconceito e de discriminação.

A decisão tenta desconstruir e vulgarizar a Lei Maria da Penha como instrumento de defesa das mulheres e de combate à violência. Não prospera juridicamente, mas a sentença e o pensamento nela expresso pelo juiz são um instrumento cultural muito forte.

Ressalto essa ação como prioritária para que as mulheres conheçam seus direitos e para que a lei ganhe, no imaginário social, a dimensão que a inspirou: a de zelar pelos direitos humanos das mulheres. E dar à violência esta conotação: somos atingidas de várias maneiras, quando nos agredem, quando agredem pessoas que estão sob a nossa guarda, filhos ou netos, quando nos atingem politicamente, por violência sexual ou patrimonial. Enfim, são coisas que há décadas lutamos contra esse tipo de violência. A modernidade tem nos colocado, a cada dia, mais e mais desafios.

Espero que essas questões sejam trabalhadas de forma suprapartidária. O Parlamento deve discutir o assunto em suas várias Comissões, mas o Poder Executivo e o Poder Judiciário devem implementar ações que visem combater a violência contra a mulher efetivamente, pois as soluções apresentadas têm sido muito tímidas em relação à gravidade do problema. Precisamos de um alento substancial, de um passo inicial, para que vários outros sejam dados na construção de uma sociedade justa e democrática, e em uma sociedade justa e democrática não cabe a violência contra a mulher.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Agradeço à Sra. Teresa pela contribuição.

Registro a presença do Sr. Cláudio Carraly, ex-Secretário de Direitos Humanos do Estado de Pernambuco, da Dra. Bartira Ferraz, da Universidade



Federal de Pernambuco, e do Sr. Marcílio Domingues Martins, Secretário Geral do PPS.

Concedo a palavra à representante da Associação de Mulheres do Cabo. Em seguida, concederei a palavra à Deputada Elina Carneiro. No momento não está presente a representante do centro. vamos aguardar.

Concedo a palavra à Deputada Elina Carneiro.

A SRA. ELINA CARNEIRO - Bom dia, Deputado Federal Raul Jungmann, na pessoa de quem saúdo os demais integrantes Srs. membros da Mesa; Sra. Secretária Cristina Buarque, por intermédio de quem saúdo todos os representantes do Governo Estadual, bom dia a todos.

Como Presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, tenho-me preocupado bastante com a violência contra a mulher em Pernambuco. Além do aumento crescente da violência, sinto que as políticas públicas do Estado, junto com esta Casa, nossa Assembléia Legislativa de Pernambuco, têm realizado compromissos bastante importantes. O Governador Eduardo Campos tem-se sensibilizado bastante com essas causas, e a Assembléia Legislativa aprovou diversos projetos importantes também em favor das mulheres pernambucanas. Um deles, bastante importante, é o de cirurgias reparadoras gratuitas, pagas pelo SUS, quando a mulher sofre a violência que causa danos estéticos.

Esse projeto foi aprovado nesta Casa e é bastante importante, porque muitas mulheres sofrem violências que causam problemas mais sérios à sua estética e, através dessa lei, elas vão ter direito a realizar cirurgias gratuitamente. Isso será importante para sua auto-estima e para todo o contexto em que a mulher necessitar se valorizar.

A Comissão da Mulher já realizou, Deputado Raul Jungmann, uma audiência pública, no mês de março, sobre o enfrentamento da violência contra a mulher, com a presença de autoridades como a Secretária Cristina Buarque, juízas e juizes, defensoras públicas, sociedade civil, que vejo com bastante importância e com comprometimento com a causa de combate à violência.

Precisamos ter esse sentimento que o Deputado Federal Raul Jungmann está tendo, assim como as nossas Deputadas, a sociedade civil e todas as pessoas que



têm a preocupação de combater não só a violência geral, mas a violência contra a mulher.

Pernambuco tem um índice bastante elevado no que diz respeito à violência contra a mulher. Temos de nos unir, Deputado. Temos de unir cada vez mais os Poderes para combater ou, pelo menos, diminuir esse número tão alto. A Câmara dos Deputados, a Assembléia Legislativa, o Poder Executivo, o Poder Judiciário, a sociedade civil também, com toda a força que têm — precisamos nos reunir mais vezes para conversar, precisamos fazer mais audiências públicas como esta, como já realizamos outras na Assembléia, para que possamos perceber a preocupação com a violência e também ver de que forma podemos combatê-la.

Como a Deputada Terezinha nos falou, a violência doméstica é uma das mais preocupantes, porque no seu próprio lar a mulher sofre a violência. Não esquecendo também da violência moral que nós, mulheres, sofremos. A Deputada Tereza Leitão apontou muito bem que, de toda a violência que sofre, a mulher é considerada a culpada, o que é um absurdo. É terrível.

Achei triste e preocupante a decisão desse Sr. Juiz do Estado de Minas Gerais, onde a Comissão fez um ato de repúdio. Vamos enviar esse ato de repúdio ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, a alguns comitês também e até a V.Exa., Deputado Raul Jungmann, a quem vou entregá-lo. Vou fazer um pronunciamento hoje, na sessão plenária, sobre a decisão absurda e preconceituosa desse Sr. Juiz.

Foi muito bem apontado pela Deputada Tereza Leitão que não podemos aceitar de uma autoridade, de alguém que tem o dever de defender o cidadão, um absurdo como esse que esse Sr. Juiz fez.

Minha gente, estamos aqui, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, Assembléia Legislativa, Poder Executivo, que percebo estar preocupado com os problemas da mulher, desenvolvendo importantes ações, como a Defensoria da Mulher, o Poder Judiciário também, com o Juizado Especial da Mulher. Pernambuco, apesar desse número grande de violência contra a mulher, está construindo políticas a favor do combate a essa violência. Mas é pouco, precisamos fazer mais. Para fazermos mais, precisamos de toda essa força, Deputado, da Câmara dos Deputados, da Assembléia Legislativa e da sociedade civil, com toda a



certeza. Só com essa força, com essa união é que vamos chegar a diminuir ou combater a violência contra a mulher.

Muito obrigada.

Parabéns, Deputado Raul Jungmann, por esta audiência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Muito obrigado, Deputada Elina Carneiro.

Esta Comissão registra a presença de Saulo dos Santos, do MOVPAZ. Seja bem-vindo.

Temos presente o Grupo de Teatro Loucas de Pedra Lilás. Estão prontos para fazer a *performance*?

REPRESENTANTE DO GRUPO DE TEATRO LOUCAS DA PEDRA LILÁS - Nossa *performance* é silenciosa. A sombrinha rosa com os cartazinhos indicam uma rede que inexistente. Já conferimos isso em audiência pública com o Ministério Público. Na nossa compreensão do fórum de mulheres, essa rede é base para o serviço que atende às mulheres.

Temos capacitação e 30 delegacias da mulher como mínimo para nos igualarmos a São Paulo, sendo que temos um índice de homicídios de pelo menos 2 pontos acima ao de São Paulo. Temos capacitações, centros de referência, casas-abrigo.

O interior de Pernambuco está abandonado, não tem serviços. Queremos serviços de saúde, centros de referência, casas-abrigo, capacitação não só da polícia comum, para atender às mulheres em situação de violência, queremos capacitação das DEAMs, capacitação contínua, que seja em gênero, direitos humanos e direito das mulheres. Isso é o que entendemos ser necessário para podemos compreender o fenômeno da violência contra as mulheres e começar a fazer uma ação que o modifique.

Temos juizados especiais. Temos um no Estado, que vai ser inaugurado em março, mas tenho constatado, pelo próprio Juizado, que não tem estrutura nem equipe de pessoas, que está numa área em que o acesso não é muito bom, e ele está só na Capital.

O interior só conta com 2 delegacias. Estão-se projetando alguns centros de apoio às mulheres no interior, mas precisamos, com urgência, parar de contar



cadáveres de mulheres assassinadas, começar a pensar nas mulheres que estão vivas e fazer ações que realmente interfiram, políticas integradas (*palmas*); serviços que atendam com humanidade às mulheres; educação para mudar essa cultura em que estamos inseridas em desigualdade e na qual estamos vulneráveis à violência praticada contra as mulheres; aborto legal. Há coisas mínimas. Saúde, atendimento no interior para as mulheres vítimas da violência, aborto legal, contracepção de emergência. Entendemos que, frente ao problema, não estamos sendo exigentes demais.

Mas também não queremos que se abra um serviço isolado, que não terá condições de funcionar. Queremos realmente uma rede para atender as mulheres em situação de violência (*palmas*), para encaminhá-las e garantir atendimento humano, responsável, com compreensão e não julgador, como encontramos nos serviços públicos que não são especializados.

Então é isto: capacitação nas DEAMs, na saúde, na educação para realmente começarmos a tramar uma rede que não existe e que consideramos base para tratar desse problema.

Era isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Muito obrigado.

Sejam muito bem-vindas.

Ainda não temos o Centro das Mulheres do Cabo, então gostaria concedo a palavra à Coordenadora na área de políticas da Mulher da Prefeitura do Recife, aqui representando o Prefeito da nossa cidade, João Paulo.

Em seguida vamos chamar a delegada da delegacia da mulher de Prazeres, que também quer fazer uma exposição.

Abrimos uma lista de inscrição para os que querem se manifestar com a Cláudia, os que queiram se inscrever para participar desta audiência pública são bem-vindos.

Com a palavra a Sra. Juliana César.

A SRA. JULIANA CÉSAR - Bom dia a todos os presentes. Considero salutar haver uma audiência como esta, mas concordo com a Ana Paula, elas não são suficientes. Afinal de contas são momentos que não se encerram em si, devem ser vistas como pontos de partida, de levantamento da discussão, de manutenção desse



tema na pauta, até mesmo pelo reconhecimento desses encontros pela imprensa, também como resultado de uma ação do movimento social. Está aqui presente o Fórum de Mulheres de Pernambuco, que trouxe a discussão e tornou impossível voltar os olhos para qualquer outra área que não a violência e a representação que temos dessa violência especialmente contra a mulher nos números, que demonstram isso.

É louvável que tenhamos espaços como este, um canal tanto para o Governo responder com suas ações quanto para a sociedade civil. Há o Movimento de Mulheres de Pernambuco, tendo consolidada a sua existência, tem mais de 20 anos, há o Fórum, com propostas bastante claras, concretas e factíveis, que podem ter belos resultados.

Essa construção, na minha opinião, representa tudo isso. Recife tem, inegavelmente, uma cultura de violência. Com relação à mulher, é uma cultura em que a desigualdade de gêneros se manifesta de maneira violenta e brutal. Porque não é apenas a agressão, são homicídios, mulheres morrem. Quer dizer, o homicídio é a mais grave representação da violência, mas temos também agressão física, espancamentos, tortura, pressão psicológica. Em dados de 2001, tínhamos 1 espancamento de mulher no Brasil a cada 15 segundos.

Na verdade, existe um escalonamento de violência que, por fim, resulta em homicídio. Mas a mulher vítima do homicídio, que é uma forma brutal de violência, muito provavelmente não foi a primeira vez que sofreu violência. Existe uma escalada, existe um ciclo de violência e o mais cruel dos resultados é o homicídio.

É esta a discussão então, desse escalonamento e dessa tentativa de quebra de paradigmas posta na nossa sociedade e cabe ao Poder Municipal abraçar essa causa.

Eu me sinto até confortável falar sobre o Município do Recife, porque esse processo de transformação, a partir de 2001, com a primeira gestão do Prefeito João Paulo, foi acolhido na gestão municipal. Desde 2001, no primeiro ano de Governo, na primeira gestão, criou-se a Coordenadoria da Mulher do Recife, cuja atribuição básica, principal e primordial é a articulação, o planejamento e o monitoramento de políticas públicas para as mulheres e a equidade de gêneros em Recife.



Temos, então, 6 linhas específicas de ação, nossas mais importantes diretrizes de ação. Há a tentativa da promoção de gênero aliada a temas como igualdade racial e desenvolvimento econômico, o que é extremamente importante.

Com relação à igualdade racial, o racismo no Brasil é extremamente forte, embora exista pretensa tentativa de mascará-lo. Na verdade, qualquer pessoa que tenha qualquer entendimento da discriminação racial sabe que ela não se limita a negros e negras, mas se estende à invisibilidade que muitos sofrem. Nós sabemos que esse problema existe. E com relação ao desenvolvimento econômico, na área específica das mulheres, há a tentativa de garantir meios e mecanismos para a afirmação social delas.

Um dos principais problemas das mulheres no ciclo de violência vai além da condição psicológica de não ver outra opção de vida. Quando pensam de modo mais racional sobre o que fazer, de forma diferenciada, não têm meios financeiros para fazê-lo. Como sair de casa se a mulher não tem como se manter, se não tem estrutura ou profissão, se depende economicamente do homem para se manter?

O trabalho de gênero, aliado ao desenvolvimento econômico, à geração de emprego e renda, à profissionalização, a meios alternativos de financiamento e de sustento, é imprescindível e indissociável no combate à violência.

Também temos ações voltadas para a saúde. E a Ana (*ininteligível*) me trouxeram na verdade uma cola. Eu me senti muito feliz quando chegaram aqui com suas reivindicações, porque, para uma delas, tínhamos orçamento. Queremos ter mais.

Nós temos, sim, na nossa rede de saúde, a garantia do abortamento legal e a orientação para que apenas a fala da mulher seja suficiente para que o abortamento legal seja ministrado. Em alguns outros locais, antigamente, costumava ser necessária a apresentação de um boletim de ocorrência, de denúncia de estupro ou de violência sexual, para tornar possível o abortamento legal.

A orientação no Recife, por meio de decreto e portaria, é que basta a fala da mulher para que isso aconteça. O relato da mulher é considerado verdadeiro. Não se pode pressupor uma mentira ou uma inverdade. Existe, é claro, uma série de protocolos a serem seguidos, porque também não basta apenas chegar e dizer.



Existe um acompanhamento psicológico e médico por meio de vários profissionais que vão avaliar essa afirmação.

Nós considerávamos uma violência duvidar de uma mulher que dizia algo tão grave como ter sofrido uma violência sexual ou um estupro. No Recife, isso não é necessário, e as unidades municipais de saúde estão orientadas a garantir o abortamento legal.

Além disso, nós fazemos a capacitação dos nossos profissionais de saúde, na verdade, de toda a rede, para que isso funcione bem. O mais difícil não foi transformar isso, mediante decreto ou portaria; foi mais difícil modificar a cultura, em que os profissionais e as profissionais de saúde não vêem isso com bons olhos, pois acham que o aborto, no Brasil, não é apenas crime, mas um ilícito e uma falha moral.

Temos, portanto, que transformar os profissionais da saúde. Na verdade, temos que transformar toda a sociedade, para ver o abortamento não apenas como uma opção da mulher, mas também, no caso da violência sexual, como um mecanismo, uma via de trabalho. E que isso seja feito de maneira profissional, sem juízo de valor da parte dos profissionais de saúde, que estão lá para atender de modo profissional.

(Palmas.)

Um outro pronto que julgo bastante importante e que determina outras ações da nossa parte é o estímulo, a participação e o controle social das mulheres no Recife.

Foram instituídos, no Recife, em 2001, o Orçamento Participativo e a realização não só de plenárias regionais, em que as pessoas deliberam nos seus bairros, nas suas localidades, sobre o que consideram mais interessante para o local onde moram, mas também a realização de plenárias temáticas, em que vamos encontrar segmentos específicos da sociedade ou áreas de interesse que devem ser controladas. Realizamos, no primeiro ano da gestão, uma plenária temática da mulher, na qual as mulheres avaliavam as políticas mais interessantes para elas próprias, voltadas aos seus sistemas de interesse. Um fato verdadeiro — não sei se feliz ou infelizmente, tudo tem seu lado bom e ruim — é que, quando a mulher é questionada sobre o que é mais importante para ela, geralmente ela se põe em



último lugar e diz que é a escola do seu filho e o posto de saúde para atender a sua família. A violência que ela sofre fica em último plano.

É imprescindível que tenhamos temáticas específicas para as mulheres, a fim de que elas votem suas prioridades. Essas prioridades eleitas devem ser concretizadas pela gestão no correr do ano. Nós realizaremos uma plenária temática da mulher, neste ano, no dia 28 de julho próximo, no Terminal Marítimo do Recife, aqui pertinho.

Essa forma de controle da plenária também se consolida por meio de um fórum temático da mulher, ligado ao Orçamento Participativo, que vai fazer o monitoramento da concretização dessas diretrizes eleitas.

No que se refere à participação e ao controle, temos as Conferências Municipais da Mulher. Recife já realizou 4 conferências — a primeira foi em 2002. Elas se realizam de maneira bianual. Em 2002, 2004 e 2006 realizamos conferências municipais. Tivemos, neste ano, uma conferência extraordinária da mulher, a quarta, no intuito de seguir o processo de conferências, em âmbito estadual e nacional.

Nas conferências, assim como nas plenárias temáticas, historicamente o tema violência é o mais procurado pelas mulheres para ser debatido. O principal mecanismo da conferência é a consulta à população, por meio de um grupo de trabalho, cujo objetivo é debater propostas para os municípios, Estado e Nação. Afinal de contas, as propostas são vistas e depois agrupadas pelo seu tema e pela responsabilidade depois de implantação, pautando a postura do município e as ações municipais a serem vistas. As diretrizes, assim como as prioridades temáticas, são consideradas norteadoras da ação municipal.

A violência contra a mulher é a última das nossas principais diretrizes, visando ao enfrentamento e à prevenção da violência contra a mulher.

Na verdade, temos um programa municipal aprovado desde a primeira gestão. Trata-se do Programa Nem com uma Flor, lembrando que uma mulher não se agride, não se bate nem com uma flor, como diz a música. Temos, como carro-chefe, o Centro de Referência Clarice Lispector, que se tornou realmente centro de referência, pois, apesar de não ser o primeiro a ser criado no Brasil, tornou-se referência nacional e internacional para criação de políticas públicas de atendimento,



acolhimento e acompanhamento das mulheres em situação de violência doméstica e sexista.

O centro, há um mês, recebeu a visita da Embaixadora da Itália. Os italianos tentam assimilar como reproduzir essas experiências em seu país. O centro dispõe de um 0800, que funciona 24 horas por dia, 7 dias por semana, para orientação e encaminhamento das mulheres. O centro de referência também funciona diariamente das 7h da manhã às 7h da noite e possui um sistema de plantão. Esse centro está sempre aberto à população, 7 dias por semana, 24 horas por dia.

Temos também a rede de referência que mencionei no setor de saúde. Promovemos a inserção da equidade de gênero e o combate à discriminação como propostas de educação não discriminatórias na rede municipal de ensino. Um repórter, certa vez, caracterizou como educação antitudo, porque nós somos anti-racistas, não-homofóbicos e lutamos pela equidade de gênero. Tentamos inserir esse processo de educação na educação fundamental e em todos os ciclos educacionais. Tentamos mudar aquela visão heterocentrista e androcentrista de que homens brancos, heterossexuais, construíram a história do Recife, do Estado, do nosso País e do mundo. Ressaltamos também o papel das mulheres nas conquistas sociais e fazemos uma abordagem da visão social de maneira mais equilibrada, mencionando as conquistas das mulheres e sua contribuição social, tentando construir pessoas que tenham uma visão de mundo e não aceitem essa desigualdade de gênero que justifica a violência cometida. Tentamos prevenir desde o início, com uma construção social e mental na escola.

Temos um projeto com apoio do UNIFEM, Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, e participação e controle social das mulheres, e também uma longa parceria com a Secretaria de Mulheres, que se manifesta também com o projeto — estamos tentando implementá-lo, em última negociação — de instalação de 4 Defensorias da Mulher em Recife, em parceria com as universidades públicas e particulares, no intuito de descentralizar as ações do Centro de Referência Clarice Lispector, localizado no centro da cidade. Estamos tentando implantar unidades avançadas desse centro em outras localidades para facilitar também o acesso da população.



Nós implantamos, desde 2001, núcleos descentralizados de assistência judiciária municipal, que fazem os processos judiciais dessas mulheres que estão no Centro de Referência Clarice Lispector. Afinal, torna-se mais fácil. Vivemos numa cidade na qual dois terços da população está abaixo da linha da pobreza. Quanto mais facilitarmos o acesso das pessoas a unidades próximas da sua residência, maior acesso à Justiça e aos seus direitos estaremos garantindo.

Estamos tentando, nesses períodos de festividade — apesar de a festa ter um histórico de concentração de violência e de possibilidade de haver mais violência —, realizar plantões de atendimento. Desde 2003, realizamos no carnaval e durante o São João plantões especializados para atendimento às mulheres.

Tentando fugir um pouco do tema da Coordenadoria da Mulher, apesar da tentação, pois estou representando aqui o município, gostaria de lembrar que Recife, desde o início de 2005, formulou o Plano Municipal de Segurança Cidadã e em Defesa da Vida, por meio de amplíssima consulta à sociedade civil organizada e à população residente em Recife.

Esse plano de segurança tem eixos específicos de trabalho. Um deles é especificamente o atendimento à mulher, o enfrentamento e a prevenção da violência contra as mulheres. Ele foi construído por meio de consultas nas microrregiões de Recife. Houve, na verdade, 54 encontros nos finais de semana, nos quais foram debatidos com a população de cada microrregião temas ligados à situação de violência vivenciada pelas mulheres, alternativas de solução apresentadas pela população para esses problemas e, principalmente, a idéia de segurança cidadã. Afinal de contas, não cabe ao município a função da segurança pública ostensiva ou repressiva.

Nós acreditamos que o município pode contribuir para que a sociedade, em parceria com o poder público, construa situações de segurança ou promova a melhoria da qualidade de vida por meio de um espaço urbano seguro e da interação da sociedade com o Governo.

Nesses encontros, tentamos identificar situações de violência vivenciadas pelas mulheres no dia-a-dia, como poderiam ser combatidas e prevenidas e como aquela comunidade poderia contribuir para isso. Discutia-se muitas vezes nos encontros a possibilidade de construir uma praça num terreno baldio. A proposta era



interessante. Mas já havíamos feito isso pelo município. Construimos uma praça no terreno baldio. Todavia, ela não era abraçada pela comunidade, que não ocupava aquele espaço público. E o espaço público que não é ocupado pela sociedade digna é ocupado pelo crime organizado, que vê ali um local maravilhoso para a prática de crimes, em razão da existência de iluminação etc. Uma beleza! Na verdade, trata-se de ação conjunta. O município pode fazer a praça — deve, se o for mais indicado —, mas é preciso haver interação com a comunidade, para que ela ocupe o local e faça com ele o que há de melhor.

Além de conseguir fazer esse diálogo e tirar essas conclusões nas comunidades, muito especificamente, consultamos os chamados grupos setoriais. Tentamos consultar o empresariado, o *trade* turístico, a mídia — houve encontros com a imprensa — a sociedade civil e, de modo geral, os movimentos sociais, como o de direitos humanos e o de mulheres, que foram convidados a expor as propostas que têm.

Esse plano está em fase final de estruturação e já foi apresentado às comunidades e ao poder público municipal. Estamos tentando fazer um forte acordo, dentro da estrutura dos órgãos municipais, para que, uma vez implementado, ele seja posto, compromissado e assumido por todas as secretarias, órgãos, instituições, coordenadorias e empresas ligadas ao município.

O plano já está em fase de implantação, uma vez que agora, com o novo Governo Estadual, existe uma câmara de discussão, porque o Estado também criou o seu plano estadual de combate à violência, e consideramos que muitas das ações podem ser implementadas em conjunto.

Estamos, na verdade, avaliando a integração do município e da sociedade e a integração entre as políticas do município e do Governo do Estado, que podem ser feitas e contrapostas à sociedade para colaboração.

Do ponto de vista do Recife, existem, sim, ações fortes. Elas já estão solidificadas, uma vez que estão postas desde 2001, 2002. Não são novas e têm apresentado bons resultados. Na verdade, temos de mantê-las e principalmente de fortalecê-las para agora. Como bem disse a Ana Paula, existe um marcante crescimento da violência, e a manutenção do que existe neste momento já não se mostra suficiente. Temos que avançar, construir mais, ampliar nosso espectro de



atuação e aumentar a oportunidade de garantir acesso e direito a toda a população do Recife, em especial às mulheres desta cidade.

Agradeço a oportunidade de apresentar o que há no Recife. Como é uma gestão que faz sempre a consulta popular — e queremos também o apoio da bancada —, esperamos que possamos realmente manter esse diálogo e a contribuição da sociedade para nossas ações. Afinal de contas, essas ações de que falei, essa integração da rede de saúde, o centro de referência e toda essa política integrada, foram construídas principalmente pela consulta popular, por meio dessas plenárias temáticas do OP, em que a população do Recife dizia o que considerava prioridade máxima no município para determinado ano. Assim foi com a criação do centro de referência, da casa-abrigo para as mulheres. Isso foi realizado e é o que se mostrou extremamente sábio. Acreditamos na sapiência da nossa sociedade e na colaboração dela para concretização dessas políticas públicas.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Obrigado, Juliana.

Gostaria de registrar a presença de Lytiene, diretora do Instituto Irene Neres Barbosa; de Ana Maria, defensora pública e diretora da Colônia Feminina do Bom Pastor; do grupo Mulher Maravilha; do Sindicato das Empregadas Domésticas de Pernambuco; da Em Cena Arte e Cidadania; da Associação das Mulheres Unidas da Ilha de Itamaracá; do representante da Casa de Passagem; e de Maria de Lourdes, líder comunitária de Caruaru.

O Deputado Valtenir Pereira está aqui a meu lado e quer fazer uma breve saudação.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Pedi ao Presidente esta oportunidade para cumprimentar todos os presentes, em especial as defensoras públicas que participam deste brilhante evento, uma vez que sou defensor público licenciado para o exercício do cargo de Deputado Federal, tendo trabalhado na Defensoria Pública, em Cuiabá, na área do Direito de Família. Muitas vezes recebemos reclamações de inúmeras situações de risco a que estavam sujeitas as mulheres naquela localidade.

Portanto, aproveito a oportunidade para fazer este registro. Ao final do evento, falaremos com todos os participantes.



Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Obrigado, Deputado Valtenir Pereira, pela presença e pelas palavras.

Com 10 minutos para sua exposição, concedo a palavra à delegada Verônica Azevedo.

A SRA. VERÔNICA AZEVEDO - Senhoras e senhores, gostaria de saudar a Comissão que nos visita.

Pretendemos expor um pouco do trabalho que a Defesa Social e a Polícia Civil vêm realizando.

A princípio, devo fazer uma correção. Sou a delegada Verônica, gestora de todas as Delegacias da Mulher. As nossas companheiras Dra. Beatriz e Dra. Judith, das Delegacias de Santo Amaro e de Prazeres, também estão presentes e poderão posteriormente fazer alguns esclarecimentos.

Peço licença para fazer uma breve apresentação dos nossos números. Vou tentar me manter dentro do período de 10 minutos, mas acho que é importante apresentar esses dados.

Dá para ver os números? Acho que seria melhor se os apresentássemos na tela. Aqui a visibilidade não é muito boa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Podemos descer. Não há problema.

A SRA. VERÔNICA AZEVEDO - Não sei se há espaço para a bancada ficar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Há lugar.

A SRA. VERÔNICA AZEVEDO - Pronto, está bom.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

Fazendo um breve diagnóstico, as mulheres correspondem a 51,67% da população de Pernambuco. Somos maioria.

Chefiando famílias, Deputado Raul Jungmann, em Pernambuco, somos 31,6%, o que inclusive ultrapassa a média do Nordeste, que é de 29,3%.

Os dados, de forma geral, revelam que as mulheres representam um terço da força de trabalho mundial, executam dois terços das horas, mas, inversamente, apropriam-se de 10% da renda e detêm 1% da propriedade.



Esses dados são efetivamente com relação à violência, fornecidos pela Fundação Perseu Abramo. Eles atestam que 2,1 milhões de mulheres são espancadas por ano no Brasil: 175 mil por mês; 5.800 por dia; 243 por hora; 4 por minuto. Quer dizer, desde o início desta audiência, inúmeras mulheres no nosso País, lamentavelmente, foram vítimas de toda a sorte de agressões.

Um dado lamentável é que a maioria dessas lesões, dessas agressões — porque elas não são apenas físicas —, ocorrem dentro da sua própria casa, que é o local menos seguro para as mulheres, para as crianças e para os idosos. Geralmente, o principal agressor é o companheiro, o marido ou o ex-companheiro.

Vinte e cinco por cento dos dias de trabalho perdidos das mulheres decorrem da violência doméstica, o que compromete também a produtividade, com a diminuição do nosso PIB.

O nosso conceito de violência é dado pela Convenção de Belém do Pará, que diz que se deve entender como violência contra a mulher qualquer ação ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado. Recentemente, a Lei Maria da Penha também incluiu a questão da violência moral e da violência patrimonial, que não eram previstas anteriormente.

A violência doméstica é aquela que abrange não só os membros da família, mas também aqueles que vivem sob o mesmo teto. Incluem-se aí empregados e pessoas de convívio esporádico, os agregados.

Não podemos perder tempo — ele é muito curto — com essas inovações da Lei Maria da Penha, mas esse dado explica muito a repercussão dessa nova lei nas Delegacias da Mulher do nosso Estado.

Fizemos um comparativo de janeiro a agosto de 2006 e outro de outubro de 2006 a maio de 2007, que foi justamente o período posterior à implantação da Lei Maria da Penha. No primeiro período, foram realizados 6 flagrantes, que representam 3,4%. Após a lei, passou para 96,95%. Inclusive, gostaria de fazer o registro de que a Cileide foi a primeira mulher, em Pernambuco, beneficiada por essa lei. Trata-se de uma verdadeira guerreira. Temos o prazer de estar junto dela. Ela teve o apoio da ONG Mulheres do Cabo, que inclusive informou sobre essa lei.
(Palmas.)



Pergunto à Cileide o que mudou na sua vida a partir dessa lei.

A SRA. CILEIDE CRISTINA - Eu estava comentando com o repórter que essa lei veio para mim como um antídoto para uma doença grave de que muitas mulheres sofrem. Não víamos cura para isso. Quase ninguém fazia nada para achar uma cura para essa doença. Agora, estou emocionada de ver tanta gente junto, mulheres que não sofrem violência, como você e outras, mas que estão unidas, estão de mãos dadas, juntamente com os homens. Antes, os homens não queriam nem saber de ajudar as mulheres nessa questão. Agora, vejo Deputados e cidadãos comuns se unindo em busca desse antídoto, dessa vacina que tomei.

Graças a Deus fui curada dessa doença de que eu sofria. Há muitas mulheres, principalmente na zona rural, que não têm acesso a isso nem sabem que essa lei existe. Elas foram criadas para viver ali, sofrendo. As mães sempre diziam que é ruim com ele, pior sem ele. Elas levam isso ao pé da letra. Dessa forma, apanham e, daqui a pouco, fazem a comida dos companheiros, lavam para eles etc. Elas não têm acesso a jornal, muitas não têm televisão.

Essa lei precisa ser mais divulgada na zona rural, a fim de que outras mulheres tenham a mesma iniciativa que eu tive. Se o Centro das Mulheres do Cabo não tivesse me mostrado que a lei havia mudado e que a partir daquele momento as coisas seriam diferentes e as mulheres poderiam chegar à delegacia e denunciar os seus companheiros e ver a punição deles, eu não teria ido. Não teria coragem de procurar isso, porque achava que voltaria para casa com ele ao meu lado, e as coisas iam piorar mais. (*Palmas.*)

A SRA. VERÔNICA AZEVEDO - Obrigada pelo seu depoimento, que é muito forte. Temos de fazer o registro da atuação do Centro de Mulheres na defesa desses direitos. o centro inclusive a acompanhou à delegacia. Tivemos todo esse trabalho, e felizmente ele foi punido devidamente.

Quanto aos inquéritos remetidos à Justiça tivemos 133 antes da lei, no mesmo período de 5 meses, e 833, que dá um acréscimo percentual muito grande. Eram 13% e passou para 83%. TCOs, que era justamente aquele registro anterior à lei, ficou mais ou menos equilibrado. Houve redução, porque diminuiu o número de TCOs, um procedimento mais simples que transformava a violência contra a mulher em crime de menor potencial ofensivo, que hoje em dia não existe mais.



Pela autoridade policial, hoje em dia faz-se o registro da ocorrência, oferece-se a proteção necessária à vítima. Faz-se o requerimento ao juiz em 48 horas, para que sejam concedidas medidas protetivas, e solicita-se, se houver elementos, ao juiz a decretação da prisão preventiva, com base na nova lei.

Assim, a mulher terá acesso às informações sobre seus direitos e passará a ser notificada de todas as etapas processuais.

A pena aumentou de 1 para 3 anos, deixando de ser crime de menor potencial ofensivo. E se a vítima for portadora de deficiência física a pena será aumentada em um terço, uma inovação dessa lei. Os agressores deverão ser encaminhados a um centro de educação e reabilitação.

Quais são as políticas públicas? Essas são as Delegacias da Mulher que temos — Santo Amaro, Prazeres, Petrolina, Caruaru.

Como a Dra. Cristina disse, a previsão, diante desse novo plano, é que sejam instaladas, nos próximos 4 anos, mais 15 Delegacias da Mulher.

As políticas sobre a criação da Secretaria Especial a doutora já mencionou. A criação da Vara do Juizado da Mulher ocorreu no dia 8. A parceria firmada com as Coordenadorias da Mulher é muito importante. Há um artigo na Constituição que diz que Segurança Pública é dever do Estado. Sim, mas é responsabilidade de todos. E o Estado tem de ser visto numa compreensão maior, em todas as esferas — estadual, federal e municipal. Muitas Prefeituras, diferentemente da do Recife, que tem esse comprometimento, simplesmente fazem de conta que o problema da segurança não existe, porque é dever do Estado. E não é. Na realidade é um problema de todos. Tanto que há uma discussão em âmbito federal.

O Deputado talvez possa falar depois sobre a questão da municipalização das polícias, para que esse seja um problema também do município, já que a violência também atinge os municípios.

Está sendo criado um atendimento humanizado à mulher no IML. E o Hospital Agamenon Magalhães, por meio do serviço Wilma Lessa, já é referência em nosso Estado com relação ao atendimento a mulheres vítimas de violência.

Temos a criação da Defensoria Pública especializada, presentes a Dra. Helga e a nossa companheira ali.



Essas são as nossas instalações, onde funcionam, em Santo Amaro, tanto a nossa unidade gestora, a UNIPOMUL, como a Delegacia de Santo Amaro, que é um dos melhores prédios existentes na Polícia Civil de Pernambuco hoje. Essa é a nossa (*ininteligível*), o cartório.

Temos atendido, com todas as nossas limitações, as mulheres com a devida atenção.

A Delegacia da Mulher de Santo Amaro, dirigida pela Dra. Beatriz, tem feito a solicitação de medidas protetivas. Foram 46 só no ano de 2007. A média de registros de BOs, de segunda-feira a sexta-feira, é de 25, exceto às segundas-feiras, porque sabemos que há a demanda reprimida do final de semana.

No plantão, que funciona 24 horas, há uma média diária de 7 registros de BOs das 18h às 8h da manhã, e a média diária de 15 registros nos sábados, domingos e feriados.

No comparativo dos procedimentos de janeiro a maio de 2006 foram feitos 5.057 registros. De janeiro a maio, felizmente, temos esse dado positivo. Queremos crer, pois ainda acho que tem de ser melhor analisado sociológica e antropologicamente, mas percebemos que, a partir da Lei Maria da Penha, houve redução de 15,9% no registro de BOs, o que significa que felizmente está havendo diminuição da violência contra a mulher, se essa leitura estiver certa. Esperamos que sim.

De TCOs houve redução de 57 pelo motivo já dito, porque agora não é mais pequeno potencial ofensivo. Quanto a flagrantes houve incremento de 2.400%. Acho que esse número tem de ser enfatizado, porque a lei federal não veio com um *kit* de melhoria do sistema das delegacias. Estamos com um concurso em andamento, mas não há uma data precisa para ser concluído. Mesmo assim damos conta de fazer todos esses procedimentos demandados.

Quanto aos inquéritos remetidos à Justiça aumentou de 86 para 493, um acréscimo de 473,25%.

Com relação às mulheres vítimas de homicídio não podemos comemorar. Cada morte tem de ser lamentada. Mas é importante fazer a reflexão que já percebemos diminuição de 24%. Enquanto em relação aos homens está estável,



temos tido diminuição de 4,29% em relação às mulheres. No ano passado, no mesmo período, tivemos 168 e este ano tivemos 144.

Quais os municípios que têm maior índice de assassinato, de agressão letal? Temos Recife liderando com 25%, total 37, seguido de Jaboatão, Olinda, Caruaru, Paulista, Petrolina, Cabo, Vitória, São Lourenço, enfim, o que dá um total de 144.

Por região, a Capital praticamente empata com a Região Metropolitana, que ainda a supera. Está com 27,78%; Sertão, 15,97%; Agreste, 19,44%; Zona da Mata, 11,11%.

Estamos em quinto no *ranking* macabro da violência contra a mulher, com 6,5, em relação aos homens. Somos lamentavelmente o primeiro lugar nessa estatística. Para as mulheres temos 6,5 mortes para cada 100 mil habitantes, que é um número altíssimo, segundo os dados da ONU.

A motivação passional, a questão do ex-marido ou companheiro, ainda lidera, com 18,75%; furto, 9,72%; vingança, 4,86%; envolvimento com tráfico de drogas, 6,25%; latrocínio, 3,47%; (*ininteligível*) e assim por diante.

A arma de fogo é a maior responsável pela mortalidade. Por mais que tenhamos feito campanhas de desarmamento, os resultados não foram os esperados — o senhor inclusive liderou as campanhas. De acordo com as estatísticas, cerca de 58,28% dos crimes são praticados com armas de fogo. Em seguida, estão os crimes praticados com arma branca, cerca de 20,53%.

Esse dado não justifica nada. Não é nossa intenção. Deve servir para reflexão, pois está havendo aumento de mulheres que ingressam na colônia penal. É importante que o sistema criminal faça avaliação das estatísticas e se pergunte: será que as mulheres que estão entrando no sistema penitenciário não são órfãs da violência? Os seus companheiros estão sendo presos, e elas não estão tendo suporte. Será que não tiveram o filho preso ou morto, e era quem sustentava o lar? Será que a mulher está se envolvendo em ações ilícitas para suprir essa ausência?

É importante que a comitiva de Brasília leve essa nossa preocupação. É necessário que haja descontingenciamento da verba existente para Pernambuco. Precisamos implementar o programa de qualificação profissional, além da intermediação da mão-de-obra qualificada.



Sabemos que há muitos investimentos vindo para o País. Temos o estaleiro e a refinaria, que, se Deus quiser, absorverá mão-de-obra das mulheres. Precisamos fazer um trabalho de qualificação dessa mão-de-obra. A HEMOBRÁS vai se instalar em Goiana, mas necessitamos de mão-de-obra qualificada. Como temos mulheres chefiando família, precisamos que sejam qualificadas. Para tanto, solicitamos o apoio dos Srs. Parlamentares.

Todos os dias, acompanhamos o número de pessoas que estão sendo presas. Essas são manchetes dos jornais do nosso Estado, mostrando homens que praticaram violência contra a mulher e que foram presos. Isso desestimula a prática do crime. Achamos importante denunciar. Não existe mais a impunidade do homem que pratica violência no nosso Estado. Isso é coisa do passado, Dra. Cristina.

Fizemos um cordel sobre a Lei Maria da Penha, para que a lei fosse divulgada e as pessoas tivessem acesso a ela. Solicito à Dra. Margareth que entregue um *kit* com uma camiseta e um cordel aos membros da Comissão. Estamos tentando fazer um trabalho com a técnica de Augusto Boal, do Teatro do Oprimido, nas comunidades carentes, para que as pessoas oprimidas vejam outras alternativas de inserção e de mudança no curso de sua história.

Participamos também de alguns eventos em comunidades. Ali está o nosso Secretário, que estava na Ilha de Deus conosco. O Dr. Osvaldo Moraes, um dos participantes da capacitação dos policiais com relação à Lei Maria da Penha. Participamos do apitajo, da Articulação Cidadania Feminina, no Alto do Euclides, que deu uma lição para todo o País. Quando uma mulher é vítima de violência, as outras apitam. É importante que isso seja divulgado, porque é uma iniciativa de Pernambuco.

Fomos a outros eventos, como o do Brejo da Madre de Deus, na Semana Santa. Lançamos uma força-tarefa, em razão do acúmulo de inquéritos. Fizemos parcerias com ONGs. Realizamos a pesquisa juntamente com a Secretaria da Mulher e a SOS Corpo. Durante esse período, foram enviados à Justiça 42 inquéritos policiais e 21 requisitórios. Monitoramos diariamente o número de homicídios, porque é uma preocupação nossa, do Secretário e do Governador do Estado. Muitos Estados apresentam estatísticas menores porque não fazem o monitoramento diário dos crimes.



Participamos da Comissão Permanente de Enfrentamento, que é presidida pela Dra. Cristina, e do Programa Cidadania e Ações Preventivas, feito em escolas da rede pública do Estado.

Lançamos a campanha *Violência doméstica: denuncie. Não seja o próximo alvo*, em parceria com a Secretaria da Mulher e com a SEP. Está em fase de desenvolvimento trabalho de sensibilização em assentamentos agrários. É uma proposta para breve, em parceria com o INCRA e a FETAPE. Desenvolvemos ainda projetos com as comunidades indígenas pancará e tapera, a partir de contatos feitos na Conferência da Mulher. Há um vídeo institucional da campanha que está em fase final de elaboração. Está sendo desenhado um projeto da unidade policial de mulheres nas comunidades, em parceria com a SDS, a Defensoria Pública e agência do (*ininteligível*). Trata-se de projeto que está sendo desenhado, como eu disse.

O Disque-Denúncia, da Dra. Carmem, é sempre uma grande parceira. Aquele homicida foi inclusive recapturado, a partir de denúncia, no Brejo da Madre de Deus. O pessoal da campanha do laço branco, desenvolvida pelo Instituto PAPAI e pela Universidade Federal.

Esta é a nossa equipe, que está sempre ao inteiro dispor dos senhores para outros esclarecimentos.

Eu pediria à Dra. Margareth, se houver tempo, para falar do projeto Pacto pela Vida, o que tem para a polícia.

Quero agradecer a atenção dos senhores e das senhoras. (*Palmas.*)

A SRA. MARGARETH DE CARVALHO SÁ - Bom-dia a todos. Vou procurar ser bem breve, em função do tempo que foi destinado à Dra. Verônica.

Trabalhamos a prevenção e a repressão à violência contra a mulher como intervenção efetiva da chefia de Polícia Civil, objetivando produzir uma profilaxia e um tratamento a esses números passados pela chefe da unidade de apoio à mulher.

Nessa política pública, um dos nossos compromissos é com a criação e instalação de delegacias de mulheres e de plantões policiais dessa mesma natureza, desde 1985, com o detalhe de que em 1991 tivemos a criação da Casa de Apoio à Mulher, que hoje está em processo de desativação, em função da



articulação, enxergada como melhor estratégia, com a Secretaria Especial da Mulher, para que se possa assistir as mulheres vítimas de violência doméstica.

Tivemos recentemente a definição da competência da primeira Delegacia Policial da Mulher de Santo Amaro exclusivamente para prevenção e repressão à violência doméstica, nos termos da Lei 11.370, Lei Maria da Penha.

Estratificando os números da Dra. Verônica, temos a registrar um incremento, desde já, no efetivo das delegacias policiais de mulheres. Hoje, contamos, em cada uma delas, com esses números que os senhores estão vendo, no total de 120 pessoas. É pouco, mas é o que foi possível implementar, tendo em vista o nosso número reduzido de pessoas. Estamos com um concurso em andamento, mas hoje ainda a nossa realidade é a escassez de efetivo.

Procedimentos policiais trabalhados nas delegacias especializadas da mulher. Nosso horizonte temporal é janeiro a maio. A Dra. Verônica produziu a partir de outubro, incluindo esse mesmo período, de 2006/2007. O nosso vai só de 1º de janeiro de 2007 até maio próximo passado.

Nós tínhamos 4.253 registros de BOs, que se transformaram em 1.063 TCOs, 125 prisões em flagrante, inquérito policiais remetidos à Justiça, 493, e um total geral de 5.934 intervenções policiais, nesse cenário de violência doméstica e familiar imposto às mulheres pernambucanas.

Registramos, infelizmente, incidência de homicídios que nos coloca no *ranking* entre os 7 mais violentos do Estado de Pernambuco. Como a Dra. Verônica apontou, Recife desponta com 37 homicídios, 25,69% do total, seguido de Jaboatão, Olinda, Caruaru, Cabo de São Lourenço, Garanhuns e outros, dentro do Estado de Pernambuco.

Desse total de 144 homicídios, 27, representando 18,75%, são comprovadamente decorrentes de violência doméstica e familiar. Os demais estão em fase de investigação; poderão ser ou não. Como ela destacou, a incursão da mulher no mundo do crime e em outras situações que não denotam efetivamente violência doméstica é também considerável e não deve ser afastada das nossas apreciações.

No *ranking*, segue-se, após o homicídio: ameaça, com 1.434 registros; lesão corporal; crimes contra a honra; vias de fato — aí é quando há o desforço físico sem



o resultado da lesão corporal —; perturbação da tranqüilidade; constrangimento; e violência sexual. Infelizmente, com um maior número de registros de mulheres negras. Infelizmente, essa é a realidade.

Fizemos, dentro das ferramentas de gestão, um alinhamento do nosso planejamento estratégico situacional com o plano estadual de segurança pública Pacto pela Vida. Nós nos encontramos na linha de ação 1- Repressão Qualificada da Violência, no Programa Polícias, Subprograma Polícia Civil — criação e fortalecimento de delegacias especializadas para mulheres.

Aí nós temos a previsão, como a Secretária Especial da Mulher e a Dra. Verônica apontaram anteriormente, de criação de 15 delegacias, sendo 10 até o fim dos 3 primeiros anos de Governo e 5 até o final do quarto ano, dentro desses municípios considerados de maior incidência criminal: 15 delegacias, sendo 10 até o fim dos 3 primeiros anos de Governo e 5 até o final do quarto ano, nesses municípios considerados de maior incidência criminal: Cabo de Santo Agostinho, Macaparana, Vitória de Santo Antão, Belo Jardim, Afogados da Ingazeira, Serra Talhada, Floresta, Araripina, Cabrobó e Salgueiro. E, até o final do quarto ano, Palmares, Nazaré da Mata, Tamandaré, Paulista e Goiana.

Fortalecimento de 35 delegacias comuns para o atendimento e encaminhamento das mulheres em situação de violência.

E aí nós pontuamos que a Polícia Civil estabeleceu como estratégia de ação global e de fortalecimento e implementação do atendimento especializado que a Lei Maria da Penha reclama a delimitação da competência da Delegacia Especializada da Mulher de Santo Amaro, a primeira delegacia policial destinada a apurar, prevenir e reprimir exclusivamente os crimes de violência doméstica e familiar, porque a Lei Maria da Penha, fruto da atenção (*ininteligível*) entre fato e valor, naturalmente, está a exigir uma praxe procedimental especializada de diversa desde o registro de BO, ouvida da mulher, até a remessa do inquérito com ou sem pedido de medida protetiva. Para que se possa implementar efetivamente, há necessidade de atendimento técnico, psicológico e social especializado, há necessidade de articulação com outros órgãos, a exemplo da Secretaria Especial da Mulher, para assistência por meio do abrigo e da proteção da mulher em situação de risco. Se ela for a uma delegacia comum, o policial pode até registrar o BO, mas ela vai



voltar para casa e pode ser vítima até do agravamento da violência do seu companheiro revoltado com a denúncia. Essa é uma realidade que não podemos desprezar. Então, se ela tem um atendimento eficiente, eficaz e efetivo numa delegacia de mulher, com certeza impactamos esses crescentes índices de violência desse gênero.

Dentro do Projeto D, ainda daquela primeira linha de ação, centros especializados em prevenção e repressão de delitos, que objetiva a criação e a implantação de centros especializados na prevenção e repressão de delitos praticados contra crianças e adolescentes, mulheres, população negra, idosos, populações gays, lésbicas e simpatizantes — eu não consigo entender essa abreviatura —, dado (*ininteligível*) Pacto pela Vida, mas essa é a visão, relativos a entorpecentes, é o conjunto. Em pelo menos 10% das seccionais do Estado, pretendemos descentralizar nossas ações, com a instalação nas seccionais, que são 16 no âmbito do Estado de Pernambuco, de complexos especializados na prevenção e repressão desses tipo de violência.

Integração Polícia Militar e Polícia Civil já sucede em outro subprograma. No projeto, toda violência contra mulher será punida. Busca-se assegurar punição de toda violência contra a mulher por meio da implantação de uma força-tarefa integrada com os Poderes Judiciário e Executivo, objetivando reduzir a impunidade dos crimes de violência contra a mulher. E aí um detalhe: os resultados esperados do Pacto pela Vida nós já verificamos no âmbito da Polícia Civil (*ininteligível*) criação como implantação, como destacou a Dra. Verônica, dentro do programa jornada extra de segurança, otimizando o efetivo. Na hora de folga, ele se dedica à atividade policial também, ao invés de ir ao (*ininteligível*) para investigar crimes de homicídio decorrentes de violência doméstica e familiar na Capital do Estado, a propósito da celeridade nas investigações e punições dos autores desses crimes. É a prevenção através da repressão.

Dentro da linha de ação (*ininteligível*) do conhecimento, programa sistema de informações, está previsto o projeto de criação de um banco de dados sobre violência contra a mulher destinado à criação de um banco de informações sobre esse tipo de violência no Estado de Pernambuco. E aí a abordagem do tema raça, cor e orientação sexual na temática em questão.



Prevenção social do crime da violência, outra linha de ação, intervenção comunitária e social. Temos uma integração ampla com a comunidade com uma das nossas (*ininteligível*) macroestratégias de ação, dentro do planejamento estratégico. E aí se insere o conhecimento e a divulgação dos direitos humanos. Temos o projeto afirmando os direitos, que visa realizar campanhas e ações educativas que promovam os direitos das pessoas idosas, pessoas com deficiência e mulheres entre a população geral, e, mais especificamente, entre os próprios idosos e deficientes, promovendo a conscientização social e o respeito às diferenças. Como a Dra. Verônica frisou, registramos e exibimos as fotografias das ações da instituição através dos seus agentes nessas atividades.

Temos o Projeto Ser, com servidores e servidoras discutindo gênero, raça, cor e direitos humanos, que se destina à capacitação continuada do efetivo para trabalhar esse tipo de situação. Ou seja, buscamos habilitar os profissionais das diversas áreas do Estado acerca dos direitos humanos e de questões mais diretamente ligadas ao preconceito racial e à violência.

A prevenção da violência nas escolas prevê a inclusão no currículo de disciplinas relacionadas a temáticas de gênero, de direitos humanos e etnia, raça e cor, em todas as escolas. Tudo começa pela conscientização.

Mulheres trabalhadoras (*ininteligível*) intervenção social. Como disse a Delegada Verônica, temos de qualificar para dar a opção de auto-suficiência a partir do próprio trabalho da mulher.

Quanto à intervenção e tráfico de seres humanos, sem dúvida a mulher é sobremaneira vítima do tráfico de seres humanos, não excluindo as demais categorias.

Dentro das propostas da Polícia Civil e dos programas de Governo, temos policiamento civil especializado e, também, uma proposta de ampliação de (*ininteligível*) e combate à violência contra a mulher e grupos vulneráveis, sob esse título e com a finalidade de reduzir e controlar a violência contra a mulher e grupos vulneráveis no Estado, por meio de uma atuação ágil e eficaz.

Temos também a proposta de construção, ampliação e reforma das unidades especializadas da Polícia, com a construção dos complexos especializados na Capital, especificamente no Cordeiro, e no interior, nas sedes e seccionais.



O Deputado Paulo Rubem Santiago, aqui presente, deve ter recebido o Ofício nº 254, de 15 de março, por meio do qual o Dr. Manoel Carneiro, Chefe de Polícia, solicita que ele apresente proposição de emenda ao Orçamento da União no valor de 48 milhões, objetivando atender às demandas da sociedade pernambucana na área de segurança pública, entre outras. Exemplo é a construção do prédio-sede desse complexo de delegacias especializadas, não só na Capital como também no interior, nos Municípios de Caruaru, Palmares, Garanhuns, Salgueiro, Serra Talhada e Petrolina, bem como em Timbaúba. Como dissemos, em Salgueiro fica a própria Secretaria Especial da Mulher.

Notem que buscamos executar o projeto anteriormente apresentado, com a criação e a implantação dos centros especializados. A portaria, como já foi dito, busca otimizar o efetivo e implementar a Lei Maria da Penha.

Gostaria de lembrar que Norberto Bobbio foi muito feliz ao dizer que, no exercício do direito da segurança pública, que é direito humano elementar, a correlação positiva entre performance policial e vitalidade democrática é óbvia. Eu sei que, segundo Nelson Rodrigues, explicar o óbvio é difícil, mas, se qualificarmos o homem e lhe dermos uma estrutura, conseguiremos alcançar bons resultados, e é isso que a gestão da Polícia Civil de Pernambuco pretende, contando com o apoio dos senhores.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Quero agradecer às 2 delegadas a substancial contribuição a esta audiência pública.

Mais alguns registros. *(Ininteligível)* Matos e Henrique Pires, da *(Ininteligível)* Ressocialização(?) de Mulheres; Associação Artesanal e Cultural de Abreu e Lima: Sandra Regina.

Eu quero agora chamar a Sra. Eunice, Presidente do Sindicato das Empregadas Domésticas. Antes, porém, concedo a palavra ao companheiro Fernando, que veio do distante Acre e gostaria de falar aos presentes.

O SR. FERNANDO - Bom-dia a todos. Meus cumprimentos ao Presidente da Comissão que realiza esta audiência pública.

Até o presente momento, tenho uma visão completamente diferente sobre a questão da violência contra a mulher. Se o Estado de Pernambuco apresenta um



dos índices mais preocupantes do País no que diz respeito à violência contra a mulher, a ponto de ter ocasionado a vinda desta Comissão até aqui para esta audiência pública, constato que é também aqui, no Estado de Pernambuco, que há a maior resistência e o mais intenso combate a esse tipo de crime.

Não é à toa que vemos uma platéia qualificada, em que o número das mulheres presentes tem correspondência com o de homens. Isso é muito bom, porque o homem é o vetor dessa violência, e é com ele que devemos dialogar.

Temos aqui um grande movimento que envolve os homens no combate a essa violência: a Campanha do Laço Branco, que o Estado de Pernambuco iniciou no Brasil. Aproveito a oportunidade para parabenizá-los e destacar a importância de o movimento das mulheres incluir também os homens. O Estado de Pernambuco dá o exemplo. Parabenizo todos os homens que estão aqui, e até sugiro ao grupo uma dessas tarjetas seja a de que haja mais envolvimento de homens nessa luta, o que com certeza vai ampliá-la e, com isso, no futuro, haverá uma redução significativa da violência.

Dessa forma, Sr. Presidente, vamos levar aos demais colegas da Comissão a importância desta audiência pública. Vi aqui companheiros que já compareceram a várias audiências e que delas já se cansaram dizerem que audiência pública não basta. Mas eu acho que não, porque daqui sai uma ou outra palavra, a sensibilização de uma pessoa ou outra, e o movimento cresce.

Não observamos outros movimentos, como o que eu abraço na Câmara, de combate à violência no trânsito, tão intensos quanto esse. Se observarmos, a violência letal no trânsito é bem maior do que a violência contra a mulher no tocante ao índice de mortalidade.

Estão todos de parabéns. Fico muito satisfeito e parabenizo mais uma vez o Deputado Raul Jungmann e a Deputada Marina, que tiveram a idéia de convocar e convidar os membros da Comissão para virem aqui.

Na Câmara, estamos à disposição para aprimorar as leis existentes e fixar seu cumprimento.

Para finalizar, cito um dado importante que colhi no meu Estado com relação à Lei Maria da Penha. No Estado do Acre, que tem perto de 700 mil habitantes e cerca de 3 mil presos, em cada 4 presos, 1 foi preso em função da Lei Maria da



Penha. Este é um dado que também nos preocupa, e temos o propósito de fazer uma audiência pública para avaliar esses números.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Obrigado, Fernando. Já que você tocou no assunto, a participação dos homens na luta das mulheres não é, nem poderia ser, jamais, no sentido de substituí-las; longe disso. Mas a luta das mulheres nos faz mais humanos, faz-nos viver num mundo melhor e, sobretudo, acredito que também nos faça melhores homens. Por isso, estamos aqui. (*Palmas.*)

Dou a palavra agora à Eunice.

Vamos franquear a palavra também aos homens. É importante que alguns presentes usem a palavra. Estão aqui o Deputado Feitosa e o Procurador que representa o Ministério Público. O Deputado Paulo Rubem, evidentemente, vai querer falar. Em seguida à Eunice, vamos franquear a palavra a alguns companheiros..

A SRA. EUNICE – Bom-dia a todos.

Nós nos surpreendemos com os índices de violência. Ainda hoje escutei, num programa de rádio, a notícia sobre uma trabalhadora doméstica que, à meia-noite — ela mora sozinha —, tinha acabado de chegar do trabalho e estava descansando, quando chegou um cara — eu o trato assim — e bateu à porta várias vezes. Como ela disse que não abriria, ele ameaçou: “*Se não abrir, eu derrubo*”. E foi justamente o que ele fez. Derrubou a porta e disse que queria fazer sexo com ela. Ela não aceitou e gritou. O que ele fez? Ela corre o risco de perder a vista, porque ele deu murros nos olhos dela. Depois, ele bateu na cara dela com um ferro de engomar. Como ela gritava muito, ele ameaçava: “*Não grite, porque se você gritar e acordar os vizinhos, eu mato você*”. Então, uma vizinha — parece que ela morava num quarto alugado — telefonou para o dono do quarto, e este ligou para a polícia. Quando a polícia chegou, flagrou-o dentro de casa e o levou preso. Na delegacia, ela chorou muito e dizia que não desejava um momento como aquele para ninguém, pois havia passado uma noite de horror. Como fica essa situação?

A violência está grande demais. Nós, que moramos nesses bairros, ficamos com medo de sair para um reunião e chegar às 10 horas da noite. Quando há uma reunião que eu tenha que chegar na minha casa, sozinha, às 10 horas da noite, eu



não vou mais, infelizmente, porque moramos em um lugar violento. Recentemente, como colocaram câmaras nos ônibus, os marginais estão atacando nas paradas de ônibus e nos terminais, porque não podem entrar dentro dos ônibus. Essa violência ocorre com o companheiro, com o filho, com todos.

Esta semana, conversei com minha nora, que me disse: *“Você está vendo essa amiga minha? Esta semana, eu passei e vi que o marido estava batendo nela com os pés.”* E quando ela ameaçou denunciá-lo, ele disse: *“Pode denunciar, porque fico preso apenas 1 ou 2 dias, pois tenho advogado”*. Isso intimida a mulher. Quando ela não tem consciência, ela não denuncia.

Essa violência contra a mulher está me deixando apavorada. Não nos vamos intimidar com isso e deixar de sair e fazer o que precisamos, porque é isto o que eles querem, que fiquemos trancadas dentro de casa. Mas não fomos feitas para isso. Fomos feitas para enfrentar. Vamos combater e enfrentar.

É bom que se tome uma providência, porque a cada dia a violência está mais alarmante. Ligamos o rádio, onde ouvimos mais esse tipo de notícia do que na televisão, e ficamos apavoradas. Meu Deus! Como pode acontecer uma coisa dessas? É inacreditável! E nós, que somos trabalhadoras domésticas, sofremos também outros tipos de violência. Não há só espancamento. Sofremos por sermos negras e mães solteiras. Sofremos violência por parte dos maridos em casa e, às vezes, dentro do próprio trabalho sofremos agressões dos patrões. Ainda hoje há domésticas que sofrem agressão de patrão. Às vezes, elas deixam para lá, porque acham que se denunciarem é pior, mas a situação das empregadas domésticas não é boa, porque, além de sofremos agressões no bairro em que moramos, dentro dos ônibus e em casa, sofremos violência no trabalho.

Eu, graças a Deus, tenho esta idade e nunca sofri violência de marido. Sou mãe solteira. Quando o marido não prestou, eu o mandei andar e acabou a história. E também não sofri violência de filhos, graças a Deus. Tenho um filho maravilhoso, que não me dá trabalho. Mas vejo muito sofrimento, principalmente por parte das trabalhadoras domésticas que têm de trabalhar e deixam suas filhas sozinhas. Quando chegam em casa, percebem que acontece uma série de coisas, nem os vizinhos respeitam. Ou seja, além de sofrerem violência no trabalho, não sabem o que vai acontecer com sua filha.



Então, a coisa é muito séria. Cada vez que participo de um movimento desses, dá mais vontade de lutar e criar mais coragem, porque vejo as companheiras apanhando e se acomodando, achando aquilo normal. Há muitas mulheres que dizem: *“Não vou deixar meu marido porque meu filho é pequeno e tenho que criá-lo. Nunca trabalhei e não tenho pai nem mãe.”* Quando o filho cresce, dizem: *“Já agüentei até agora e vou deixar assim mesmo”*.

Mas não é assim. Temos que lutar para combater essa violência contra a mulher, senão, onde iremos parar? Daqui a pouco, nos matarão também. Quem mora sozinha terá sua porta derrubada.

Era isso que eu queria dizer. Temos que ser vivas e não deixar de lutar, ganhar a rua e fazermos o que tem de ser feito, com cuidado. Em cada espaço que ouvirmos falar de violência, temos de lutar e caminhar.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Agradeço à Sra. Eunice a contribuição.

Vou passar a Presidência dos trabalhos ao Deputado Valtenir Pereira durante alguns minutos. Vamos abrir para a fala de alguns companheiros: em primeiro lugar, o Sr. Deputado Alberto Feitosa, em segundo lugar, o Vereador Marcos Menezes e, em terceiro, o Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valtenir Pereira) - Convido o Sr. Deputado Alberto Feitosa para compor a Mesa, em substituição à Presidenta da Comissão de Cidadania da Assembléia Legislativa de Pernambuco.

O SR. ALBERTO FEITOSA - Exmo. Sr. Deputado Federal Valtenir Pereira, que preside esta audiência pública, Exma. Sra. Cristina Buarque, da Secretaria Especial da Mulher, em nome de quem cumprimento todo o Poder Executivo, Exmo. Sr. Vereador Marcos Menezes, em nome de quem cumprimento o Poder Legislativo Municipal, colegas da Polícia Civil, funcionários públicos, senhoras e senhores, não poderia deixar, de forma alguma, de participar desta audiência pública, primeiramente pelo fato de esse tema tocar toda a sociedade pernambucana e brasileira e, em segundo lugar, pelo afeto pessoal que tenho pelo Deputado Raul Jungmann.



É preciso discutir alguns pontos. Um *blog* que li hoje diz que um jornal espanhol traz uma entrevista com o Sr. José Miguel Vivanco, diretor de uma entidade de direitos humanos de plantão na América Latina. Diz o seguinte: “A segurança civil é utilizada como arma eleitoral na América Latina. Promete-se mão dura contra o crime, persegue-se o aumento das penas e garante-se maior presença policial nas ruas, explica o chileno Joé Miguel Vivanco(…)” “Em visita a Madri, Vivanco está convencido de que nenhuma dessas promessas conseguirá reduzir a criminalidade na região se antes não se melhorar a capacidade e a qualidade das forças de segurança.”

Segundo matéria do *Jornal do Comercio* do dia 28 de novembro de 2006, uma mulher é assassinada a cada 28 horas. Diz a matéria:

“De acordo com a delegada da mulher, Cláudia Molina,” — à época, era Cláudia Molina — “apesar de os crimes ainda terem, na sua maioria, um motivo passional, houve aumento no número de mortes relacionadas com o tráfico de drogas. A taxa chega a ser de 13,34% dos homicídios. ‘A mulher entrou no mundo da criminalidade. Ela se vê, por exemplo, tendo que criar o filho sozinha e recorre ao tráfico para ganhar dinheiro mais facilmente.”

Deparamo-nos, então, com o depoimento da Sra. Ana Bosch, que diz: “Vamos parar de contar os cadáveres”.

A delegada que nos falou agora diz que precisamos de recursos. Inclusive, já encaminhou ofício, assinado pelo próprio chefe de polícia, pedindo 48 milhões de reais.

Matérias de hoje também mostram a situação na qual se encontra a política de segurança pública no Estado. Enfim, não podemos, de forma alguma, esquecer que este problema do alto índice de violência contra a mulher no Estado de Pernambuco ocorre, inclusive, porque todo tipo de violência no Estado é muito grande. E esse guarda-chuva fala por si só. Solicitam-se 30 delegacias de mulheres no interior, qualificação dos policiais e uma série de medidas dos órgãos públicos, o que não se pode fazer sem recursos.



Então, aproveito esta audiência em que estão presentes vários representantes da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara Federal para fazer a entrega, em mão, de um ofício do nosso gabinete em que enviamos duas reivindicações e uma moção de apoio apresentada por nós aqui, na Assembléia Legislativa.

A primeira indicação pede justamente o empenho da Câmara Municipal, da Câmara Federal e do Senado em relação à CPMF. Até setembro, V.Exas. votarão, junto com os Senadores, a prorrogação da CPMF. Nessa negociação, o Presidente da República, em entrevista, disse que tem a intenção de repassar parte desses recursos, da ordem de — prestem atenção, senhoras e senhores — 37 bilhões de reais por ano, para os Estados. Por que não repassar esses recursos para os Estados através da Secretaria Nacional de Segurança Pública? Dessa forma, poderiam ser implantadas medidas no âmbito dos Estados, que são obrigados a investir — não estou falando de verba de custeio — 5 bilhões de reais em segurança pública. Cabe aos Estados, no bolo das arrecadações tributárias, apenas 20%, ficando a União com 66%. A nossa proposta, então, é que seja destinado um percentual da CPMF para a Secretaria Nacional de Segurança Pública, e que ela repasse um percentual para os Estados, principalmente aqueles mais afetados pela violência.

Há uma segunda indicação. Assistimos ser votada no Congresso Nacional uma medida provisória que fazia uma adequação da Lei nº 11.345, que cria a Lotomania e destina um percentual da arrecadação das loterias federais aos clubes, para cobrir dívidas de dirigentes de clube de futebol com a União. Por que não utilizar esse mesmo instrumento e pegar uma parte desses recursos arrecadados das loterias e destinar para a Secretaria Nacional de Segurança Pública, para se investir em políticas de segurança pública nos Estados? Essa também é outra sugestão que vou encaminhar no mesmo ofício.

Por fim, um tema bastante polêmico, mas que aqui em Pernambuco recebeu desta Casa uma moção de apoio, inclusive do próprio Líder do Governo, Deputado do Isaltino Nascimento, do PT, em uma audiência pública que fizemos aqui. Trata-se da questão das loterias, dos bingos e dos caça-níqueis. O Senado já votou a lei que normatiza, legaliza e dá poder aos Estados de normatizar essas operações. Mas



uma súmula vinculante estava proibindo essa prática no âmbito dos Estados, o que pode tirar o posto de trabalho de mais de 100 mil pessoas em Pernambuco. E pasmem, senhores e senhoras: 70% da mão-de-obra direta ou indireta das loterias, dos bingos e dos caça-níqueis são mulheres, o que significa que 70 mil mulheres podem ficar sem recursos, sem ter como prover suas despesas.

Também estamos encaminhando essa moção de apoio, juntamente com uma cópia do ofício. Estivemos em Brasília na semana retrasada, entregamos essa moção de apoio, aprovada por unanimidade nesta Casa, ao Presidente da Câmara Federal, Deputado Arlindo Chinaglia, ao 2º Vice-Presidente, Inocêncio Oliveira, ao Líder do Governo, Deputado José Múcio Monteiro, e ao Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Deputado Léo Alcântara, que é, inclusive, quem vai relatar esses projetos na Câmara.

Por isso, sempre faço o seguinte alerta: não se pode, de forma alguma, tentar resolver os problemas de segurança pública sem recursos. Todos os Governadores foram eleitos utilizando inclusive essa bandeira, esse discurso da segurança pública.

O tema da violência atinge, logicamente, as mulheres e, lamentavelmente, como vemos, os próprios companheiros e pessoas próximas. Mas não podemos, de forma alguma, legislar ou, como fez o Governador de Pernambuco, criar um pacto pela vida e ver esse pacto de alguma forma engessado pela falta de recursos. Precisamos encontrar formas inteligentes de prever, nos Estados, instrumentos para que se façam essas políticas sociais.

E, mais: nesta audiência pública, o Presidente da Agência de Regulação de Pernambuco, o ex-Deputado Ranilson Ramos, disse que os recursos arrecadados pelas loterias, de 1 milhão de reais por mês, com a legalização da 472, podem passar para 4 milhões, principalmente porque ela aumenta as alíquotas e regulamenta as outras atividades — e apenas 20% desse recurso são destinados ao funcionamento da Agência. Os outros 80% são repassados às políticas sociais no âmbito das Secretarias de Desenvolvimento Social de Direitos Humanos; de Defesa Social, que, no Estado de Pernambuco, se chama Secretaria de Segurança Pública; de Cultura; de Esporte; de Juventude e Emprego. Quem sabe a Secretaria de V.Exa. também pode receber esse recursos?



Passo, então, a V.Exa. esse ofício em que peço à Comissão da qual V.Exa. faz parte — o ofício é endereçado ao Sr. Presidente, Deputado João Campos — que essas questões, sobretudo as relativas a recursos, sejam analisadas e tenham prioridade na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valtenir Pereira) - Deputado Estadual Alberto Feitosa, além de outras, levaremos as sugestões explanadas nesse ofício ao Presidente João Campos e também ao Deputado Raul Jungmann, para, juntamente com os que aqui estão e com os demais companheiros da Comissão, discutirmos o assunto e fazermos os encaminhamentos necessários no que diz respeito ao combate à violência de modo geral e, em especial, contra a mulher.

Com a palavra o Vereador Marcos Menezes; em seguida, o Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. MARCOS MENEZES - Boa-tarde a todos, saúdo os integrantes da Mesa, na pessoa do Deputado Federal Valtenir Pereira, e a plenária, na pessoa de cada delegada de polícia que aqui se encontra, notadamente pelo brilhante trabalho desenvolvido. Orgulha-me muito, delegado que sou, ver profissionais tão competentes na nossa polícia, órgão que, muitas vezes, a sociedade só sabe criticar.

Represento aqui a Comissão Permanente de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Recife, da qual faço parte, e também o seu Presidente, que, por motivos superiores, não pôde comparecer e, por isso, me designou para substituí-lo nesta audiência pública.

Ressalto a preocupação da Câmara dos Deputados de se deslocar de Brasília a Recife para tratar de tema que está tão em voga e em relação ao qual precisamos tomar atitudes, discutir, enfim, trocar idéias. Agradeço aos Deputados Federais que saíram de seus Estados e da Capital para virem tomar conhecimento do que aqui ocorre, principalmente, dessa tão falada cultura da violência, da qual as mulheres pernambucanas são vítimas.

Outro dia, aliás, durante a discussão do Pacto pela Vida, verifiquei que o Sr. Antonio Rangel, do Viva Rio, estava estarecido com o fato de aqui se colocar tudo relacionado à violência como questão de cultura. Na ocasião, ele perguntou quem já



havia feito algum trabalho ou pesquisa sobre esse tema. Por minha vez, pergunto: o que temos feito para debelar essa cultura?

A Câmara dos Vereadores de Recife precisa se inserir nesse contexto. E, nesse sentido, enquanto ouvia os oradores que me antecederam, redigi um requerimento para que aquela Casa convide os diversos segmentos que militam pela proteção do direito da mulher em nossa Capital, a fim de que se façam presentes na Comissão Permanente de Direitos Humanos da Casa, que é presidida por uma Vereadora competente e que muito tem contribuído para seu engrandecimento. Tenho certeza de que a Vereadora Priscila Krause é sensível a esse tema e vai procurar colocar a nossa Câmara em sintonia com essa rede de proteção às mulheres.

Nós, Vereadores da Capital, sentimo-nos também responsáveis pela violência existente em Pernambuco e, principalmente, em Recife. Como detentores de mandato outorgado pelo povo, precisamos dar uma resposta a esse problema e, para que isso aconteça, é necessário nos somar a essa rede de proteção à mulher. Por último, foco a minha fala na educação, inclusive na doméstica. A mulher é o ponto central de toda essa violência que assola o nosso Estado e que nos coloca em evidência para o Brasil e para o mundo. Essa mesma mulher vítima da violência, entretanto, é a maior responsável pela educação de nossos filhos. Por isso, é necessário voltarmos a atenção para a formação da personalidade das crianças, da auto-estima dos nossos filhos, sobrinhos, netos e vizinhos.

Para mim, é extremamente pedagógico participar desta reunião, porque ela nos estimula a participar de outras formas e nos envolver ainda mais com o tema. Estou agradecido por estar aqui e ainda mais empenhado em lutar pela causa, que não é só das mulheres. Nós, homens, temos de nos somar à nossa companheira, amigas, vizinhas, mãe e filhas, para mudar essa concepção e essa tão falada cultura.

Em nome da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal e do seu Presidente, portanto, agradeço o convite para estar aqui. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valtenir Pereira) - Antes de o Deputado Federal Paulo Rubem Santiago fazer uso da palavra, ouviremos a Dra. Elda Caldas, da Defensoria Pública. *(Palmas.)*



A SRA. ELDA CALDAS - Bom-dia a todos.

Inicialmente, cumprimento os integrantes da Mesa e o Deputado Raul Jungmann pela iniciativa e dou os parabéns aos Deputados Estaduais e Federais que aqui se encontram, bem como aos representantes de órgãos do Governo e às participantes do movimento de mulheres.

Utilizar este espaço é realmente conseguir fortalecer essa rede já existente e fazer com que ela se fortaleça cada vez mais.

O Deputado Paulo Rubem, aqui presente, tem facilitado o nosso trabalho — e acredito que está havendo crescimento na proporção de estima que temos pelo assunto que está sendo discutido.

Dou os parabéns à Secretária Cristina Buarque, cujo trabalho tem sido determinante nas políticas públicas de combate à violência contra as mulheres, e cumprimento, na pessoa da Secretária Cristina Buarque, o Governador Eduardo Campos, sempre tão preocupado com essa questão.

Estive presente à 2ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, e o Governador, no seu pronunciamento de abertura, assumiu essa questão publicamente. Instalou S.Exa. um instrumento importantíssimo no que se refere tanto às reivindicações, quanto à realização dessas obras, para dali saírem propostas fundamentais para que nós, unidos em torno dessa questão, possamos realmente fazer com que essa política seja realizada.

Aqui estou na condição de Subdefensora Pública Geral do Estado e membro da Comissão Permanente de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, na questão de gênero.

Essa Comissão, como indica o nome, vem discutindo permanentemente todas as questões e propostas relativas ao tema, para que o Estado possa estabelecer a sua política pública segundo programa específico de ações, em que as Secretarias envolvidas tenham condições de realizar ações dirigidas e garantidas pela Constituição.

Na qualidade de Subdefensora-Geral envolvida com essa política, quero dizer que, na Defensoria Pública, estamos procurando realizar ações por meio das quais possam vir a ser caracterizados serviços públicos voltados para a defesa das mulheres.



Em 1º de junho, durante a II Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, foi criada e instalada a Defensoria Pública especializada na defesa de mulheres em situação de violência, doméstica e sexista. Formamos um só bloco e estamos unidos com todas as Secretarias de Estado, com o apoio integral da Secretaria da Mulher, que está dando todo o suporte, para que aquelas ações sejam de fato realizadas.

A DEPEDIM — sigla que estabelecemos para Defensoria Pública Especializada na Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência — nasceu de luta desde 2006 perante a Secretaria Especial Políticas Públicas para as Mulheres, do Governo Federal. Assim, recebemos o repasse de recursos para a instalação dessa DEPEDIM, cuja finalidade principal é determinar medidas de proteção às mulheres que, em situação de violência, procuram a Delegacia Especializada da Mulher e imediatamente são encaminhadas à DEPEDIM.

Os serviços prestados têm a finalidade básica e específica de dar assistência jurídica às mulheres, bem como apoio psicossocial. Contamos com a presença de psicólogas, assistentes sociais, uma equipe de estagiários e defensoras públicas.

A Defensoria Pública como todos conhecem — e gostaria de esclarecer um equívoco cometido pela companheira da Prefeitura do Recife, que realiza excelente trabalho de assistência judiciária, como as demais Prefeituras, em todo o Estado — é uma instituição amparada pela Constituição Federal e formada por profissionais de carreira com autonomia, bem como o Ministério Público e o Poder Judiciário. É importante que a população entenda a diferença. As assistências judiciárias são prestadas a toda a população que não tem condição de pagar advogado e custas, mas as assistências judiciárias dos municípios jamais podem ser chamadas de assessoria pública, porque a Constituição, nos arts. 122 e 134 das Disposições Transitórias, diz que é carreira de Estado, é o órgão que desempenha suas atividades com autonomia, e as Prefeituras fazem esses serviços também. A população que ali chega e não tem condição de pagar advogado tem direito aos benefícios da Justiça gratuita, mas Defensoria Pública é unicamente de Estado. Ela está presente na estrutura dos Estados, na estrutura da União, dos territórios e do Distrito Federal.



É interessante que reflitamos sobre esse conhecimento, porque, muitas vezes, a população confunde Defensoria Pública com Ministério Público. Defensoria Pública é dever do Estado, é onde está instalado todo o amparo e todo o mastro para que a população que não tem condições de pagar advogado possa ali recorrer, e os demais órgãos auxiliam esses serviços. E é muito importante que as Prefeituras assim o façam e que os advogados que solicitam a Justiça gratuita também atuem nessa área.

A DEPEDIM soma todo esse bloco estatal e a articulação com as entidades e representações não-governamentais, para que a mulher que ali chegue em situação de violência tenha imediata atuação do defensor público e, junto ao Juizado especial, possa ter assegurada a medida protetiva, principalmente em ações cautelares. Isso porque, normalmente, quando chega em situação de violência, a mulher está à mercê de amparo emergencial, e, na DEPEDIM, estamos dependendo todos os esforços, contando com o apoio das Secretarias ali articuladas, para que possamos, imediatamente, assim que a mulher chegar, entrar com a ação cautelar de medida protetiva.

A DEPEDIM foi inaugurada no dia 1º de junho, e já contamos, como a Secretária Cristina Buarque relatou, 40 atendimentos e 8 medidas protetivas determinadas e despachadas em sentença concedidas a essas mulheres. Graças a toda essa atuação em conjunto, a DEPEDIM vem realmente cumprindo o seu papel. Agora, precisamos de reforço orçamentário, sim, para melhor nos equipar.

Outra coisa: a sustentação desse projeto também está na dimensão de estendê-lo para todo o Estado. E, na semana passada, já tivemos uma reunião com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e garantimos, com as Deputadas que fazem parte desse trabalho, que será levada ao Governador do Estado, junto com a Secretaria da Mulher, a proposta de criação de novos núcleos de Defensorias Públicas nas regiões pólos do Estado, principalmente naquelas onde existam índice maior de violência praticada contra a mulher. Já temos proposta para a região do agreste, para o sertão que fica mais distante de nós e onde as mulheres necessitam muito mais de amparo. Essa proposta está totalmente interligada com a da Secretaria de Política para as Mulheres, capitaneada pela Ministra Nilcéa Freire, que



nos deu a honra de inaugurar a Defensoria Pública Especializada, no local em que antes funcionava o NIZAN.

Foi feito um estudo pela Comissão junto com a população de Brasília Teimosa. O NIZAN fazia um trabalho de atendimento à população daquela comunidade, que era muito bom. O trabalho envolvia também o atendimento às mulheres, mas não especificamente às mulheres que se encontravam em situação de violência. O NIZAN atendia às mulheres de modo geral. Onde existia o NIZAN, portanto, está sendo realizado um trabalho somente com as mulheres vítimas de violência.

Gostaria de falar sobre outros assuntos, mas, em razão do tempo, não poderei.

Agradeço ao defensor público presente, que atua de forma brilhante na Câmara Federal (*Palmas*), além de pleitear a formação de um bloco maior para o combate a violência.

Muito obrigada (*Palmas*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Agradeço à Dra. Elda a participação.

Estamos encerrando as inscrições, porque, em seguida, teremos de encerrar a reunião e entregar a sala. Estão inscritos ainda: Deputado Paulo Rubem Santiago, Sr. Procurador Marco Antônio, Sra. Carla, Sra. Sheila e Sra. Fátima.

(Não identificado) - De acordo com o Regimento Interno, não pode haver reunião de audiência pública quando começar a sessão no plenário — e hoje a sessão começará um pouco mais cedo, porque a pauta está extensa. O Presidente já recebeu um comunicado informando que terá de entregar a sala em 30 ou 40 minutos no máximo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann Valtenir Pereira) - Há outras pessoas que não poderão falar, mas nós nos dispomos a ouvi-las. Não há nenhum problema.

Concedo a palavra à representante da Associação das Profissionais do Sexo, da cidade do Cabo.



A SRA. HELENA CARDOSO - Bom-dia, senhoras e senhores, participo da reunião na condição de representante da Associação das Profissionais do Sexo da cidade do Cabo. Sou coordenadora-geral da associação.

O Centro das Mulheres nos convidou para participar da reunião, porque somos vítimas da violência praticada por policiais da cidade. Diariamente, uma ou mais mulheres são maltratadas por policiais da cidade. Estamos com um projeto que prevê a capacitação dos policiais, a fim de que eles nos vejam como cidadãs e não como uma doença.

Quando chegamos às delegacias por termos sido vítimas de violência, ouvimos apenas: "*Lugar de rapariga é no cabaré*". As mulheres que são vítimas de violência vão à minha casa e perguntam: "*Helena, a Associação está fazendo o quê?*". Não tenho autoridade para ir à delegacia e fazer exigências. Tenho de pedir orientação a outras pessoas. Não tenho como pedir ajuda para minhas companheiras. Então, eu fico sem poder pedir ajuda. Temos vários movimentos, mas não somos socorridas. Assim, procuramos sempre a única organização que nos apoia, na cidade do Cabo.

Quero deixar o projeto com a companheira Cristina Buarque, de quem sempre cobro essa capacitação, para que nós possamos chegar nas delegacias e poder nos defender. Já procuramos o Dr. Moura, o Dr. Luís e a Dra. Teresa. Eles ficaram de nos enviar uma resposta. Temos também um projeto para o Ministério da Saúde, mas não temos uma pessoa para apresentá-lo. Tínhamos o apoio da Sra. Cleuda Molina, mas ela saiu de Santo Amaro. De forma que precisamos de uma pessoa para nos ajudar e nos apoiar nessa proposta de capacitar os policiais no que diz respeito às nossas atividades e nossos direitos.

Quando uma mulher casada procura os direitos dela, ela é bem recebida porque tem aliança no dedo. Por que nós, que somos profissionais de sexo, não temos o direito de procurar o nosso direito nas delegacias?

Era só isso. Desculpem se eu falei errado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Muito obrigado. Acho que a Cristina fez as anotações.

Vamos ouvir agora o Deputado Paulo Rubem Santiago.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Bom-dia a todos, um abraço aos Deputados que integram a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, à Secretária Cristina Buarque, em nome de quem saúdo e cumprimento todos os integrantes da Mesa.

Nos últimos 2 anos, esta é a terceira vez que a Comissão de Segurança Pública e outras Comissões da Câmara dos Deputados vêm a Pernambuco. Há exatos 2 anos, tivemos uma audiência aqui pela manhã e à tarde, com a participação dos órgãos de segurança, do Ministério Público, de entidades da sociedade e do Poder Judiciário. Pela primeira vez, um integrante do Tribunal de Justiça participou de seminário em que pudemos discutir segurança pública e defesa social sob a ótica transversal. Em boa parte das questões que aqui estamos demandando e sobre as quais ouvimos o Poder Executivo do Estado, o Poder Legislativo e a Defensoria Pública, se não houver o acompanhamento e a participação direta do Poder Judiciário, que tem, no seu orçamento, uma verdadeira caixa de segredos, não vamos conseguir avançar na mesma razão do debate do orçamento do Estado para a Secretaria da Mulher e, na atuação do Poder Legislativo, da votação dos orçamentos estadual e municipais.

Então, viemos em maio de 2005 e em fevereiro do ano passado, numa comissão plural, constituída pelas Deputadas Luiza Erundina e Iara Bernardi e pelo Deputado Jorge Gomes. Tivemos um dia de audiências com o Prefeito do Recife, Sr. João Paulo, com o ex-Secretário de Defesa Social, Sr. João Braga, com o Presidente do Tribunal de Justiça, Sr. Fausto Freitas, e com o ex-Procurador-Geral de Justiça, Sr. Francisco Sales, para construir essa visão sistêmica de que defesa social, segurança pública e promoção da qualidade de vida não são apenas questões das Polícias Civil e Militar, não são apenas questões dos órgãos de assistência judiciária ou da participação do Poder Judiciário.

Temos inúmeros depoimentos de mulheres, mães, crianças e adolescentes, lamentavelmente, vítimas da violência, que já colocam o Estado de Pernambuco e a Capital Recife como os primeiros do País em número de homicídios de crianças e adolescentes por armas de fogo. Esse é um dado que precisa também ser objeto de outra audiência pública.



Inúmeros depoimentos comprovam, com estatísticas, que onde não há a presença do Estado, nos municípios que não são sede de comarca, onde não há promotores titulares nem a presença do Poder Judiciário, os casos de impunidade se multiplicam e os índices de homicídios aumentam vertiginosamente.

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado realizou audiência conjunta com as Comissões de Educação e Cultura e a de Seguridade Social e Família. Resultado: 3 requerimentos encaminhados por cada um dos Deputados destas Comissões. Eu encaminhei, pela Comissão de Educação e Cultura; a Deputada Rita Camata, pela Comissão de Seguridade Social e Família, e o Presidente, Deputado João Campos, pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Analisamos, então, o mapa da violência nos municípios. Os indicadores estão sendo tabulados pelo Ministério da Saúde no tocante aos índices de homicídios contra crianças e adolescentes no nosso País.

É impressionante: onde não há presença do Estado nas cidades de menos de 50 mil habitantes, crescem a violência, o tráfico, a criminalidade e, sobretudo, o número de homicídios por arma de fogo.

Então, esse é um dado ilustrativo, para também cobrarmos do Poder Judiciário o que o leva a decidir pela ampliação das Varas, pela estruturação da carreira do Poder Judiciário, pela ampliação dos investimentos e pela participação conjunta com os demais órgãos de segurança, na discussão dos orçamentos. Tenho afirmado há anos: programa sem orçamento é ação sem fundamento.

Um outro dado que quero levantar aqui — e vou me valer de documento que V.Sas. conhecem — é relativo ao fato de que, em 2003, o Fórum de Mulheres do Estado de Pernambuco apresentou um documento ao Governo do Estado, do qual destacarei um parágrafo... Pois não.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Não, V.Sa. precisa discernir o que são números nominais e valores numéricos do que é proporção da população dos municípios.

Então, o mapa publicado pela UNESCO, apresentado conjuntamente com o Ministério da Saúde, tem relatado que, após a vigência do Estatuto do Desarmamento, as cidades de mais de 100 mil habitantes experimentaram uma



redução no índice de homicídios. O mesmo índice, porém, cresceu nos municípios menores, em cujas cidades não há a presença de juiz, de promotor e de efetivo da Polícia — são poucas as unidades policiais militares em condições de atuar permanentemente no policiamento ostensivo e repressivo. Cupira, no Agreste de Pernambuco, por exemplo, foi objeto de intervenção do Procurador-Geral de Justiça, Dr. Francisco Sales, na gestão passada. Percebeu-se, então, que, por ser uma cidade de pequeno porte, com praticamente nenhuma presença policial ou com um efetivo absolutamente simbólico, tornou-se estratégica para o tráfico e distribuição de drogas na região. E isso ocorre pela dificuldade de o Poder Público, o Poder Judiciário e as Polícias Civil e Militar darem respostas imediatas por meio da repressão ao tráfico.

Esses números estão publicados no *site* do Ministério da Saúde e no da UNESCO e são acessíveis a todos.

Mas, como disse, quero recuperar trecho de texto bastante moderno e atualizado, apresentado pelo Fórum de Mulheres a Pernambuco:

“Após o diagnóstico dos casos e dos índices de violência, são necessárias ações integradas que combatam a violência, ações que rompam com a fragmentação e que formem uma rede efetiva de proteção e assistência às mulheres; ações integradas com a rede de saúde, com os equipamentos que garantam a infra-estrutura básica da cidade, como transporte, iluminação pública, educação, formação, com as instituições dentro da sociedade civil para formulação, acompanhamento e avaliação crítica de todas essas ações”.

Quero resgatar isso aqui porque o art. 101 da Constituição do Estado de Pernambuco já determinava como compreensão de segurança pública o dever do Estado na conjunção de políticas para assegurar a integridade, o patrimônio e a vida das pessoas. Assegurava, também, ao referir-se aos mecanismos de controle e de avaliação, a prevalência de um conselho estadual, empossado 10 anos após a promulgação da Constituição de 1989, com características singulares. O Conselho



Estadual Constitucional previsto na Constituição de Pernambuco, antes da reforma constitucional de 1999, assegurava: primeiro, a participação do Conselho na discussão e avaliação dos programas de segurança pública; segundo, a participação do Conselho na discussão dos orçamentos e dos programas eletivos a serem implementados na segurança pública.

A reforma constitucional de 1999 extinguiu esse Conselho, bem como o caráter constitucional, o caráter participativo e avaliativo dos programas, dos recursos e das metas a serem desenvolvidas pelos planos estaduais de segurança pública. Houve também em outros Estados situações semelhantes e, no seu lugar, foi criado, por decreto, um conselho sem qualquer poder de participação da sociedade, seja da sociedade civil propriamente dita, seja das instituições de profissionais dos defensores públicos, dos promotores de Justiça, dos delegados de Polícia, dos peritos médicos e odontólogos legistas, enfim, os que atuam profissionalmente na defesa da vida, na promoção da segurança e da defesa social. Portanto, um conselho sem quaisquer poderes constitucionais, enfraquecendo, assim, a participação direta da sociedade e dos profissionais na avaliação e no acompanhamento dos programas.

Quero ainda relatar pesquisa desenvolvida, em 2004, pelo Sr. Bruno César Grossi de Souza, que obteve o título de especialista em orçamento e segurança pública pela Universidade de Brasília. Ele analisou especialmente a criação do Sistema Nacional de Segurança Pública e do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Quero lembrar isso aqui, porque tomei conhecimento pela imprensa de que a Deputada Miriam Lacerda apresentou proposta de criação do Fundo Estadual de Segurança Pública de Pernambuco — mesmo sendo essa, por ordem constitucional, uma prerrogativa exclusiva do Executivo. Até apelaria aos Deputados e Deputadas que porventura sejam da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania no sentido de que não rejeitem de pronto a iniciativa da Deputada, mas que estabeleçam um longo processo de debate sobre a possibilidade da criação desse fundo. Por quê? Porque a experiência que temos da implantação do Fundo Nacional de Segurança Pública, a partir de 2001, pela Lei nº 10.201, é interessantíssima, mas terminou servindo para que os Estados brasileiros lavassem as mãos no tocante à



manutenção das suas estruturas de polícia e aos investimentos realizados pelas Polícias Civil e Militar.

Os números são impressionantes. Das páginas que selecionamos, extraímos dados de 2001 relativos aos Estados da Paraíba, Pernambuco e Paraná: 18 convênios foram realizados, com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, e apenas 2 desses 18 foram voltados a treinamentos e aperfeiçoamento de instrutores e a treinamentos de policiais. Todos os demais 16 convênios realizados no ano de 2001 foram para compra de equipamentos: motocicletas, coletes, armamentos, viaturas, subtraindo do Estado a responsabilidade com os investimentos e os transferindo para a órbita do Governo Federal.

No ano de 2000, um ano antes, agora computados a Paraíba, Pernambuco, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte, de 18 convênios, apenas 3 eram voltados ao treinamento de civis para atuação com agentes comunitários, ao treinamento, qualificação e reciclagem de policiais civis, e ao treinamento e qualificação de polícias civis e militares.

Ora, os objetivos do Fundo Nacional de Segurança Pública não são apenas a modernização e a aquisição de equipamentos, são, sobretudo, a promoção de estudos e a construção de sistemas de estatísticas, porque não há como sustentar a eficácia de qualquer programa de segurança pública se este não tiver como ponto de partida sólido sistema de estatísticas sobre criminalidade — aí incluídos aspectos como regionalização, natureza da violência, característica das populações expostas à violência e a criminalidade. E não se pode ficar inventando ações, seja no município, seja no Estado, que não tenham como ponto de partida diagnóstico preciso.

Pois bem. Discutimos isso aqui, em maio de 2005, quando ouvimos do ex-Secretário Iran Pereira, o depoimento sobre a histórica ausência, em Pernambuco, de sistema atualizado, moderno e confiável de produção de estatísticas relativas à violência e à criminalidade.

Então, este é um dado importante que devemos observar na construção do sistema único de segurança pública: quais são as atribuições dos municípios? Quais são as atribuições dos Estados da Federação? Qual o papel que cabe à União de forma a complementar o financiamento desse sistema de segurança?



Um outro dado que mereceria ser computado e não foi objeto direto das denúncias e dos depoimentos é referente à expansão da violência a que as mulheres são submetidas não dentro de casa, na relação amorosa ou no ambiente de trabalho, mas situações de violência decorrentes da precariedade do sistema de saúde materno-infantil.

Fiz um pronunciamento na mesma semana em que ocorreu o brutal homicídio do menino João Hélio, no Rio de Janeiro, cobrando das Deputadas e dos Deputados, da Câmara dos Deputados, enfim, a mesma indignação e a mesma revolta, quando, no espaço de uma semana antes e de uma semana depois, uma mãe, já com 2 filhos e grávida do terceiro filho, peregrinou desde a maternidade de Goiana para morrer no hospital de Paulista por falta de atendimento materno-infantil e, da mesma forma, uma semana depois, uma outra jovem, na primeira gravidez, morreu no Rio de Janeiro aos 19 anos, junto com o seu filho, devido à precariedade dos serviços de saúde.

Esses dados são subnotificados no sistema de saúde, nas estatísticas do SUS e fazem parte também, de maneira candente, da estrutura que produz violência contra a mulher, produz violência contra a criança e o adolescente, e que não são objeto, muitas vezes, de orientação para, por exemplo, obtermos a regulamentação da Emenda nº 29, que define quanto deve ser aplicado e como deve ser a aplicação dos recursos dos municípios, dos Estados e da União para o financiamento do Sistema Único de Saúde.

Recebi, Deputado Alberto Feitosa, sua comunicação relacionada à Proposta de Emenda Constitucional de prorrogação da DRU e da CPMF, e já deve ter chegado ao seu gabinete a resposta. Sou autor de emenda que propõe destinar pequeno percentual, quantificado em torno de 300 milhões por ano, dos recursos da CPMF para assegurar a implantação efetiva do SINASE — Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo para crianças e adolescentes em conflito com a lei.

Pernambuco é o Estado com maior déficit de crianças e adolescentes fora das unidades de atendimento socioeducativo. São quase 620 crianças e adolescentes fora das instituições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Quero encerrar lembrando outras questões essenciais.



Não podemos construir um sistema único de segurança pública olhando apenas para o aparelho da segurança pública.

No depoimento que colhemos aqui do Coronel Cláudio, à época Chefe do Policiamento da Polícia Militar da Região Metropolitana, e do Delegado titular de Olinda, cujo nome não lembro neste momento, um delegado jovem, de estatura mediana e forte, soubemos que Pernambuco amargava, há 25 anos, um quadro de 5.200 cargos vagos, dos quais 4.600 de agentes de polícia, aproximadamente 60 de delegados e de 620 a 650 de escrivães de polícia. Vinte e cinco anos significam 4 Governos do Estado.

Evidentemente, o que deveria ser apurado pela Polícia Judiciária, por uma estrutura de carreira, sobrecarrega o delegado e as equipes de agentes, sobretudo nos crimes mais graves, múltiplos, nos crimes de extermínio, em que são várias as ocorrências, o que implica multiplicar as ações de investigação da Polícia. Esse é um déficit insustentável no Estado de Pernambuco.

Da mesma forma, relatou-nos o Coronel Cláudio a situação do efetivo da Polícia Militar em Pernambuco: descontados os que estão de licença médica, os que estão à disposição de outros órgãos e os que estão de férias, aplicando-se a escala 12 por 36, Pernambuco oferecia, há 2 anos, diariamente, apenas 4.200 policiais militares para fazer o policiamento ostensivo e repressivo para os 8 milhões de habitantes do Estado.

Esse gargalo que se verifica no quadro efetivo da Polícia Civil e da Polícia Militar é o mesmo gargalo jurídico, administrativo e financeiro que se verifica no Ministério Público. Vou dar um exemplo: a Bahia é um Estado onde apenas 30% dos municípios são sede de comarca.

O Ministério Público de Pernambuco — voltando ao nosso Estado — tem, se não me falha a memória, 82 vagas para promotores de justiça admitidos em concurso, com nomeação imediata. E não pode realizar concurso porque não tem dotação orçamentária. Solicitou à Assembléia Legislativa aumento da dotação orçamentária, mas não obteve êxito nas tratativas, nas negociações.

Então, temos de pensar na estrutura como um todo. Não vou repetir aqui os nossos embates em defesa da aprovação da autonomia administrativa, financeira e



orçamentária da Defensoria Pública, porque isso é objeto de uma série de demandas que estamos defendendo há anos.

Precisamos construir essa visão da intervenção direta.

Eu comentava há pouco, quando citou-se a participação da Ministra Nilcéa Freire — tenho conversado com S.Exa. —, que não é muito difícil para os Poderes Públicos, sob pressão da sociedade, com a compreensão mais larga de construir políticas públicas, criar estruturas administrativas. Refiro-me à criação de secretarias, ministérios, departamentos, diretorias. A grande disputa é quanto se destina do Orçamento para execução universal dessas políticas. Esse é o grande desafio. O Tesouro Nacional, o Tesouro do Estado e o Tesouro do Município são um grande campo de batalha entre os que querem reajuste salarial, os que querem carreira, os que sentem necessidade de manter e aperfeiçoar a máquina pública e os que querem do Estado um foco de acumulação indevida. Estão aí os milhares e milhares de casos de corrupção.

Quero fazer um convite, primeiramente, à companheira do Cabo. Parece-me que ela saiu, em função daquele compromisso. Nós iniciamos, no dia 5 de junho, em Serra Talhada, com o apoio do Centro Social da FETAPE, uma série de encontros para capacitação sobre a aplicação da Lei Maria da Penha e os orçamentos municipais.

A Lei Maria da Penha tem grandes méritos, mas também grandes problemas. Um dos artigos estabelece que, quando o juiz se deparar com uma mulher vítima de violência e há elementos que indicam que ela não pode voltar para o domicílio, para a rua, para o bairro ou para aquela família, ele vai determinar que ela seja transferida para uma unidade de atendimento. Para onde, quando não há? É competência de quem construir casa de abrigo, centro de referência? É competência de quem criar estruturas de assistência jurídica para essas mulheres pobres do sertão de Salgueiro, da periferia do Cabo, de Petrolina, de Cabrobó, do sertão da Bahia? Daí a importância de a sociedade intervir nos orçamentos municipais. Não vamos dar nenhum passo para a efetivação prática da Lei Maria da Penha se não construirmos nas cidades brasileiras instrumentos orçamentários, programas e capacidade administrativa para o município responder à execução da lei.



Vou fazer um convite a todos. No próximo dia 20 de agosto, em comum acordo com diversas entidades da área de segurança pública, vamos realizar um seminário de discussão e capacitação sobre o orçamento da segurança pública em Pernambuco.

Como Presidente da Comissão que estuda os programas, o orçamento e o financiamento, solicitamos, há 2 meses, a todas as Assembléias Legislativas que nos encaminhassem o orçamento executado em 2005 e 2006 e a Lei Orçamentária em vigor em 2007. Dos 27 Estados, menos de 10 encaminharam-nos os respectivos orçamentos executados.

Por que vamos fazer isso em agosto? Porque em setembro chegam às Assembléias Legislativas de Pernambuco, da Paraíba, do Pará, do Rio e a cada cidade brasileira, nordestina e pernambucana a proposta de orçamento da Prefeitura e do Governo do Estado. E como vamos identificar, naquela proposta de orçamento, seja na Secretaria de Saúde, seja na Secretaria de Educação, seja na Secretaria de Assistência Social, seja na Coordenadoria da Mulher, ações, programas e recursos para assegurar, no município, o atendimento às mulheres ou programas de prevenção, que têm de ser transversais? Não podem ser só programas específicos de uma secretaria ou de uma coordenadoria.

Então, queremos qualificar, com essa proposta, a intervenção das mulheres, das famílias, dos sindicatos, das associações, inclusive dos profissionais — promotores, defensores, pessoas que atuam na assistência social nos municípios — nos orçamentos municipais, para que possam discutir com os Prefeitos o que são políticas públicas universais capazes de garantir a saúde, a profissionalização, a universalização da educação. Assim, poderemos atingir outras esferas que praticam uma violência que não sangra, não produz hematomas, não aleija, não incapacita e não mata. Refiro-me à violência do analfabetismo — que acomete sobretudo as trabalhadoras rurais —, da ausência de renda, da incapacidade profissional. Esse tipo de violência não sangra na primeira hora, não causa hematomas no corpo, não provoca a morte imediata, mas leva à morte prolongada. A mulher que permanece analfabeta, sem capacidade de geração de renda, sem oportunidade de emprego e sem conhecimento dos seus direitos como cidadã morre lenta e progressivamente.



Lembro a data da conferência das mulheres em Brasília: 18 a 21. Conversaremos com o SINPOL, Sindicato da Polícia Civil, sobre a possibilidade de transferirmos o seminário para outra semana. Mas queremos que ele se realize no mês de agosto, antes do envio das propostas de orçamento para as Assembléias e Câmaras Municipais, para nos apropriarmos da discussão da matéria orçamentária.

Orçamento, é bom que se diga, não é bicho de 7 cabeças, não é assunto só para economista, contador, advogado, auditor. Orçamento é assunto de domínio público. É nas peças orçamentárias que vemos a cara, o compromisso e o coração dos Governos, para onde eles vão e como andam. Se não intervirmos nos orçamentos, não teremos condições de chegar em 2008 com mais recursos, com programas mais bem elaborados, com conselhos democraticamente constituídos.

Esse é o desafio que temos, e para isso contamos com o integral apoio da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, que tem aqui alguns dos seus representantes, como o Vice-Presidente, Deputado Raul Jungmann. Aliás, o seu Presidente, Deputado João Campos, tem dado total apoio a essa matéria.

É importante nos apropriarmos disso, senão a lei fica no papel.

Muito obrigado. *(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valtenir Pereira) - Obrigado, Deputado Paulo Rubem Santiago. Agradecemos a sua contribuição e lembramos que há uma expectativa muito grande em torno do desempenho da sua Subcomissão.

V.Exa. é um felizardo, porque, do mesmo jeito que há uma subcomissão relacionada ao orçamento, da qual é integrante, criamos uma outra para discutir o controle de armas e munição. Mandamos correspondência para as 27 Unidades da Federação. A V.Exa. responderam 10, a mim responderam 4. Considere-se, portanto, um felizardo.

Vamos ouvir agora o Sr. Marco Antônio da Silva Costa, Procurador da República, que, disciplinadamente, aguardou até agora o seu momento de falar. *(Palmas.)*

O SR. MARCO ANTÔNIO DA SILVA COSTA - Bom-dia. Primeiramente, saúdo a Mesa, na pessoa do Deputado Raul Jungmann.



Tendo em vista o adiantado da hora, serei muito objetivo e falarei sobre algumas obviedades que precisam ser salientadas.

Na fala da representante da SOS Corpo Ana Paula Portella, ficou muito bem demonstrado que a violência contra a mulher não pode ser visualizada como restrita somente a ela. No Brasil, a violência se insere dentro de um padrão que atinge mulheres e homens. Reduzir a violência contra a mulher significará necessariamente reduzir as taxas de criminalidade no âmbito geral. Não tem solução que não passe por isso.

O nosso desafio é de provavelmente 10 anos se tudo der muito certo. Isso significa uma convergência de esforços da sociedade civil, dos Poderes Públicos, dos partidos políticos, da Situação e da Oposição. Não é uma desafio pequeno. Ao contrário, é um desafio tremendamente grande com que se depara a cidade do Recife, o Estado de Pernambuco e o Brasil.

Nossas taxas de criminalidade atualmente não são as mais elevadas do País. Recife é hoje, assim como Rio de Janeiro, São Paul, uma das cidades mais violentas do mundo, não apenas do Brasil. O tamanho do nosso desafio pode ser medido em números, que não dizem tudo, mas dizem muito. Eles são relevantes para qualquer política pública.

Basicamente, hoje em Recife, variando conforme as metodologias e tudo o mais, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes, por ano, está em 70, 80, 90 ou chega a 100. No Estado de Pernambuco, isso é diluído, mas está entre 50 e 60. No Brasil, é algo em torno de 28, 30, 40.

Qual é o padrão do mundo, que deve ser o nosso padrão? Diante de um desafio enorme como esse, não podemos pensar pequeno, temos de pensar grande e visualizar outros Estados e outras nações em situações bem melhores do que a do Brasil.

O Canadá... O que tem a ver com Recife? Com Pernambuco? Com o Brasil? Está na hora de deixar claro que o Brasil não é um país pequeno e já passou da sua adolescência. Somos hoje um dos 4 principais países que, daqui a 20 ou 30 anos, vão ter um peso considerável na economia mundial. Nós dominamos as mais variadas tecnologias e temos orçamento suficiente. Dizer que o Brasil é um país coitadinho, em desenvolvimento, deve ser cessado. O fato é que houve muita



incompetência nossa, de todos nós, de todos os atores, de toda a sociedade. Temos falhado durante os 30 últimos anos. O desafio é muito longo.

Todo o Canadá, em 2003, teve 630 homicídios. Sua taxa é de 2,4%, e os canadenses estão muito preocupados com ela. Eles querem chegar à taxa do Japão, de 0,5%. Ou seja, a cada 100 mil pessoas por ano, no Japão, morre a metade de um japonês, que já é pequeno. É uma brincadeira. Nada contra os japoneses.

No Canadá, morre por 100 mil habitantes, 2,4; na Alemanha... Mas Alemanha, Canadá, o que tem isso a ver com a nossa realidade? O fato é que, apesar de serem realidades diferentes, quando se observam os documentos e as experiências dos mais diversos países, pode-se perceber que, na descrição, as bases de enfrentamento do problema e a sua concepção estão muito presentes. Em todos eles, existe uma perspectiva muito forte em relação à violência contra a mulher. A violência contra a mulher é uma realidade global e não existe apenas no Estado de Pernambuco, em Recife, na cultura pernambucana. Ela é um dos elementos que marcam todas as políticas de enfrentamento de violência no mundo.

Não precisamos reinventar a roda. Não precisamos criar coisas novas, precisamos sentar e ser muito humildes. Vamos ter problemas de vaidades institucionais atrapalhando, há tudo para dar errado — a verdade é essa —, mas o fato é que esse desafio está à nossa porta. Este País conseguiu enfrentar o demônio da inflação, conseguiu reverter uma situação econômica problemática, e o próximo desafio é a violência.

Hoje o País tem essa nódoa na sua história, e o Recife tem isso muito claro. A cidade do Recife e o Estado de Pernambuco não merecem os índices de criminalidade que têm. Se conseguirmos movimentar essa sociedade durante 10 anos, conseguiremos baixar a taxa de 80 homicídios por 100 mil habitantes, por ano, para 50. Ainda é pouco, mas sair de 80 para 50 exige um esforço tão grande que nem sabemos que esforço será esse.

É importante também o fato de que, apesar de o desafio ser grande, existe na sociedade a compreensão de que esse problema deve ser enfrentado. Existem várias pessoas em várias instituições, nas mais diversas áreas e com os mais diferentes entendimentos convergindo nessa direção, cada um agindo a seu modo.



Ou seja, isto aqui é um incentivo. Esta manifestação é um incentivo. Isto pode parecer pequeno, mas é muito. Dessas pequenas manifestações, dos pequenos atos de convergência do setor público e dos grandes atos, passando pelo que o Deputado fala sobre o orçamento, é uma questão de prioridade. Não se sai dessa realidade sem gastar dinheiro, vamos ter de gastar dinheiro nessa área.

Para finalizar, vou dar uma lida rapidamente nas 9 recomendações da Organização Mundial de Saúde para a prevenção da violência. Essas recomendações, na realidade, se perceberem, e todos nós sabemos, já estão até refletidas, de certa forma, no Plano Nacional de Segurança Pública. O nosso desafio é tirar essas recomendações da teoria e passar para a prática.

A primeira recomendação da Organização Mundial, num estudo complexo de 400 páginas — há um sumário na Internet, que pode ser obtido facilmente —, é:

1) Criar, implementar e monitorar um plano para prevenção de violência. Esse plano não pode ser fechado; é preciso, a todo o momento, atualizá-lo, percebendo as falhas e as necessidades de atualização.

2) Reforçar a capacidade de coleta de dados sobre violência. Por que a coleta de dados é importante? Sem dados coletados, não há como estabelecer políticas públicas.

3) Definir pesquisas sobre causas, conseqüências, custos e prevenção da violência, a fim de viabilizar a definição de prioridades.

4) Promover respostas de prevenção primária à violência, tais como reforço à família e todas as redes de serviço. Isso que está neste relatório são respostas primárias contra a violência na área das mulheres, mas é preciso também na área da infância, dos presídios. É tudo ao mesmo tempo.

5) Fortalecer respostas para as vítimas da violência. O sistema brasileiro não dá adequada resposta às vítimas, que são largadas no sistema, o que é uma das falhas. É preciso haver programas de atendimento às vítimas, porque o homicídio deve ser um foco e não é um evento simples em nenhuma sociedade. Qualquer sociedade tem no homicídio uma das principais quebras da sua ordem.

6) Integrar a prevenção da violência com políticas sociais e educacionais e, dessa forma, promover a igualdade de gênero e social. É uma das recomendações focadas justamente na questão de gênero, causa de violência no mundo todo.



7) Aumentar a colaboração e a troca de informação sobre prevenção de violência. Esse é um momento de troca, de conscientização, de reforço no que cada um faz. Como o problema é muito grande, você se sente muito pequeno. Por exemplo, eu sou do Ministério Público Federal e tenho uma linha e um campo de atuação. Pode parecer que no Ministério Público Federal eu tenha um poder de ação maior do que o do cidadão, mas nem sempre é assim. Às vezes, a mobilização do cidadão consegue dinamizar toda uma política pública. As audiências públicas não têm ocorrido à toa. A forma como o movimento das mulheres tem se mobilizado em Pernambuco tem gerado uma sinergia na sociedade civil que impulsiona o Estado, que precisa dela. O Estado não pode ficar só. A sociedade precisa entender que o Estado não é capaz de responder por tudo. Mesmo que tente, a sociedade não pode abdicar do seu direito de influenciar nas políticas públicas.

Oitava recomendação: promover e monitorar a adesão aos tratados internacionais, leis e outros mecanismos de proteção dos direitos humanos. Nona recomendação: perseguir respostas práticas, internacionalmente reconhecidas, com o objetivo de conter o comércio global de drogas e armas.

As 9 recomendações são da Organização Mundial. Outras cidades, como algumas da África do Sul, enfrentam situação parecida com a de Recife. Ao lermos os documentos, vemos que os desafios enfrentados são muito parecidos. O contexto é parecido. O desafio será enorme para fazermos com que em 10 anos tudo dê certo. Se não conseguirmos esse objetivo, pelo menos conseguiremos chegar perto. Espero que continuemos na luta e não esmoreçamos. A cidade de Recife tem um grande problema. Porém o Estado de Pernambuco tem condições de reverter essa situação. Temos pessoas interessadas, a sociedade civil é dinâmica e participativa. Precisamos convergir nessa direção. O desafio é grande, mas temos condições de mudar a situação nos próximos 10 anos.

Muito obrigado (*Palmas*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Agradeço ao Sr. Procurador pela participação.

Concedo a palavra à Sra. Carla Batista, representante da Articulação de Mulheres Brasileiras.



A SRA. CARLA BATISTA - A Articulação de Mulheres Brasileiras se compõe de fóruns de mulheres em todos os Estados brasileiros. Os nomes mudam de Estado para Estado. Em alguns são fóruns, em outros articulação ou rede.

Iniciarei minha exposição falando sobre o orçamento. Realmente é um desafio para os movimentos sociais se apropriarem da discussão e encontrarem uma forma de intervir no Orçamento público.

A Articulação de Mulheres Brasileiras e a Associação Brasileira de ONGs são 2 setores da sociedade civil que fazem parte do grupo de trabalho que construirá o PPA este ano.

Há uma forma de lidar com recurso público. Às vezes, desviam-se recursos que foram criados inicialmente para criar políticas que iriam resolver problemas de determinado setor. Com o andamento dos processos, os recursos são fragmentados, destinando-se a vários setores. Não necessariamente de onde se deveria retirar os recursos para determinadas políticas, cai-se em cima do que seria o pote do tesouro.

O recurso da CPMF deve ser destinado exclusivamente à saúde. Devemos discutir a origem dos recursos destinados à segurança pública e a outras políticas, entender quais serão as fontes de recursos para a segurança pública e para outras políticas. Sabemos que a CPMF já vem sendo há muito tempo, talvez desde o seu início, direcionada para várias outras de políticas que não só a Saúde. Ao mesmo tempo, sabemos, por exemplo, que a situação do dinheiro da aposentadoria depende da forma como você o vê. A aposentadoria não é deficitária, mas o dinheiro da aposentadoria tem sido direcionado para outras áreas, deixando-a descoberto. Portanto, gostaria de um posicionamento político em relação à proposta de garantir recurso da CPMF para Segurança Pública, e também de propor um esforço no sentido de pensar outras formas de buscar recursos para a Segurança Pública.

Entendemos que precisamos bastante de recursos para a Saúde Pública para garanti-la como um serviço de prevenção aos casos extremos de violência, como os assassinatos. No caso da violência contra as mulheres, na pesquisa do S.O.S Corpo com o objetivo de entender o funcionamento da rede de atendimento às mulheres vítimas de violência, verificou-se que o serviço de saúde só consegue ver os casos de violência quando são de natureza sexual, previstos em norma técnica do



Ministério da Saúde. O serviço de saúde precisa estar preparado para um trabalho de prevenção da violência, reconhecendo as mulheres que chegam ao serviço com o olho roxo, com hematomas, porque caíram da escada, e uma série de outros fatores. Elas vêm sofrendo violência doméstica, e trabalhar no sentido de reconhecer essa violência e de encaminhá-las para outros serviços, além do serviço de saúde, pode evitar que cheguem à situação extrema de serem assassinadas. Portanto, precisamos garantir recurso para a Saúde a fim de atender não só às questões de violência, mas também às outras questões, como a (?)COLA vem fazendo. Defendemos o SUS como um serviço pelo qual temos que lutar, como um serviço de saúde universal e de qualidade para todas as pessoas.

Também existe política de prevenção na área de Educação, entre outras, e é preciso que sejam garantidas. A Segurança Pública não é um fim em si mesma, precisamos trabalhar para evitar que as políticas de segurança pública possam ser utilizadas como último recurso.

Em relação ao que foi mencionado pela Verônica, a experiência do Apitaco é muito interessante, mas precisamos pensar uma maneira de dar-lhe seqüência. Na Colômbia, o Apitaco é uma política pública em que a comunidade apita quando acontece alguma situação de violência. Naquela comunidade existem agentes públicos que estarão presentes para ajudar a resolver a situação de conflito que está instalada dentro da comunidade. Então, é uma experiência de resistência da comunidade, o que é muito importante, mas também é importante que o Poder Público conheça formas e experiências de dar conseqüência para essa ação partida da sociedade civil.

Para concluir, queria dizer que temos uma experiência modelo não só para o Brasil, mas também para outros países, que é o da Clarice Lispector. É um serviço elogiado, e as pessoas querem aprender a experiência para instalá-la em seus Estados e municípios. Ao mesmo tempo, precisamos assegurar em lei esses serviços que são modelo em outros Estados e Municípios para que sejam multiplicados no nosso Estado. Corremos o risco de perder esse serviço, dependendo do processo de eleição do próximo ano, porque não está garantido legalmente. Dependendo do projeto político da nova gestão, corremos o risco de ele se extinguir e de voltarmos à estaca zero.



Quero agradecer esta oportunidade e parabenizá-los pela iniciativa. É muito importante termos espaços como esse, e principalmente, dar seqüência a essas ações. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valtenir Pereira) - Agradeço à Carla a participação.

Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, Sheila, do S.O.S Corpo.

A SRA. SHEILA - Bom-dia, quero dizer que participo também do Fórum de Mulheres de Pernambuco. É importante destacar uma luta que estamos travando em relação à violência simbólica, ou símbolos que perpetuam a violência. Temos falado bastante da normatização e sanções contra a violência, das políticas públicas possíveis e necessárias para prevenir e punir, mas é importante também focar a perspectiva simbólica dessa violência.

Falou-se bastante a respeito da questão da cultura, da maneira como os valores são perpetuados, os hábitos são instituídos, as moralidades são colocadas no plano do dia-a-dia. É o plano simbólico dessa cultura que estamos tentando focar, para além do nível material, porque esse nível material está aí, as normas e as leis estão aí, mas é necessário também focar perspectivas simbólicas, pois são elas que dão as bases para a interpretação dessas leis. Por exemplo, é importante prestar atenção ao que dizem os cartazes espalhados por aí. Existe *show* de pagode com mulher grátis até não sei que horas; há letras de músicas que apresentam a mulher como um pedaço de carne (a "objetificação" da mulher). Além disso, as prostitutas são consideradas um nada. Vocês viram o exemplo dos estudantes de São Paulo que disseram que haviam pensado que a empregada doméstica era uma prostituta.

O Fórum de Mulheres entrou com ação, há pouco, em que reivindica a laicidade do Estado e pede a retirada dos símbolos religiosos nos serviços públicos, hospitalares, legislativos e judiciários. Estamos reivindicando esses lugares pois é onde são perpetuadas as relações de violência. Não é só o olho roxo, o corte na perna ou o homicídio, existem também esses tipos de violência que são efetivados como violência e que são bases de outras violências, por isso é importante destacá-los.

Obrigada. (Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Valtenir Pereira) - Agradeço à Sheila a participação.

Concedo a palavra à Fátima Guimarães, do Centro de Referência da Mulher.

A SRA. FÁTIMA – Gostaria de explicar um pouco melhor

A SRA. REGINA CÉLIA — Boa tarde. Meu nome é Regina. Vou falar um pouco melhor sobre a questão do Centro de Referência.

Meu nome é Regina Célia. Boa tarde a todos. Estamos aqui representando a FEPEAL, que é a Federação Pernambucana de Apoio às Instituições Sociais e Escolas Alternativas, e implantamos agora o Centro de Referência, Apoio e Profissionalização da Mulher.

Na base da história da FEPEAL, nós trabalhamos essencialmente com a educação. Mas, quando a Presidenta me convidou para trabalhar, eu já tinha um projeto sobre a violência e, para alcançar as questões da educação, eu tive que trabalhar as questões da violência.

Nós tivemos a inauguração do Centro de Referência dia 30 de março. A Marina Penha veio para cá. Tivemos como teia de atração a questão do trabalho, de curso de qualificação.

Conseguimos o cadastramento de 2.400 mulheres, sob a regência da professora Fátima e apoio da fonoaudióloga Fábria, da psicóloga Luciana e da assistente social Cláudia, que fazem parte da nossa equipe.

Dessas 2.400 mulheres, começamos na segunda-feira a apresentação de alguns relatos sobre violência.

O nosso intuito, na verdade, com o Centro era o de tentar ampliar o “guarda-chuva” de proteção social aos órfãos.

Oficialmente, nós temos 300 mulheres assassinadas em Pernambuco, no ano passado. E a leitura que comecei a fazer, bem particularmente por meio dos meus estudos, era sobre a situação dos órfãos. Essas mulheres são mulheres-mães solteiras. E queríamos saber qual era a situação dos filhos. Vimos que ainda não há, pelo menos, uma discussão mais divulgada. Já deve estar havendo em alguns espaços, mas não está ampliada ainda a discussão sobre os órfãos dessas mulheres, que devem ter tratamento diferenciado dos órfãos que perderam pais ou mães num acidente de carro ou por conta de uma doença, ou por conta de outra



coisa. São órfãos que muitas vezes são agredidos já no ventre. Suas mães os tiveram sob um forte impacto de violência doméstica. E eles acompanharam e alguns viram o assassinato.

A questão é saber o seguinte: na leitura que esta criança fará sobre o Estado de Pernambuco, daqui a 5 a 10 anos, ao ver que o nome da sua mãe está cadastrado no índice de mulheres que foram assassinadas, o que fez a política pública do Estado de Pernambuco ou do Brasil?

Então, a discussão que nós propomos é essa: a questão de um abrigo cívico, abrigo social, e de um respeito que temos que ter a esses órfãos.

É a partir daí que o Centro quer saber quem é essa população, quem é essa amostra que está sendo violentada e vitimizada.

Queremos também trabalhar a questão da prevenção, de humanização ao agressor. Esse agressor não deve simplesmente ser colocado na cadeia. Ele tem que ser ressocializado, humanizado, assim como os militares, os agentes que atendem o agressor ou a vítima.

Então, tentarmos ampliar mais as discussões. Lógico que elas já estão bem avançadas, mas nós queremos dar uma contribuição de pensar mais e trazer mais dados e resultados mais eficientes para esse problema.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valtenir Pereira) - Obrigado.

A SRA. TARCIANA LIMA - Quero só fazer um comentário rápido. Eu represento aqui o Observatório da Comunidade Européia e a Rede (*ininteligível*) de Direitos Humanos do Hemisfério Sul. Temos acompanhado no Brasil do Oiapoque ao Chuí. Em cada cidade temos um representante, normalmente anônimo. Mas, como não gosto de sociedade anônima, eu sempre me identifico como Tarciana Lima. E o pessoal fica danado, dizendo que não pode. Chega de anonimato.

Gosto de salientar algumas pontuações sobre a pobreza. Sou uma estudiosa da pobreza e tenho especialidade em Pobreza Mundial e América Latina, e digo que a violência é filha da pobreza. Sabe por que Pernambuco está violento? Porque 83% das pessoas ganham até meio salário mínimo. A violência na nossa classe social é financeira, em geral, com briga por cheques especiais, cartões de crédito, BMWs



malcuidadas, motoristas que botam chifres nos maridos porque o empresário está sempre viajando com a amante. São estatísticas minhas, da nossa observação.

Algumas coisas eu gostaria muito de salientar de tudo o que eu ouvi aqui, porque eu considero organizações bem fundadas. Uma, faz jus ao Procurador (*ininteligível*). Números são para ser vistos e comparados. Números são a nossa meta. Se estão matando 10, 20, 30 mulheres, vamos ver também que estão matando jovens. Estamos acima de São Paulo em homicídios de jovens. Para ser bem exata, há 25 jovens mortos a cada 100 mil. Em São Paulo, são 20; no Espírito Santo, 28; no Rio de Janeiro, 25.

Temos mulheres mortas pela violência, causada pela pobreza, no Salgueiro, o polígono da maconha. Todos estão impressionado. Sou sertaneja. Sertanejo só mata por honra, normalmente. Sou filha, neta, bisneta, tataraneta de sertanejo. Só para fazer um enfoque, se não forem sertanejos os que estão aqui, o sertão hoje está ganhando dinheiro com a droga. Droga é pobreza, em geral, porque, para meu filho se drogar... Hoje ele está estudando e é Procurador Federal. Tirou 10, 9 e não teve tempo para droga porque tinha quem o amparasse desde criança. As classes média e alta estarem na droga, é exceção, não é necessidade. Que isso fique bem focado para os governantes.

Aqui está o nosso amigo do Acre, um Estado extremamente pobre, e o nosso amigo do Mato Grosso, um Estado pobre, mas que está se salientando como um que vai fazer muita coisa no Brasil em termos de riqueza. Ele tem índice de criminalidade baixo.

Faço um apelo aos nossos representantes, para que comecem a olhar para onde vai o nosso orçamento, a nossa CPMF, que foi criada para a saúde e hoje paga juros. A cada dia sai 0,38% da minha conta para fazer essa máquina de pobres, que é a política brasileira, conforme foi relatado, se não estou enganada, pelo nosso Deputado José (*ininteligível*), que é o nosso chefe no Hemisfério Sul. Ele disse certo, quando disse que o problema da América Latina é só a política brasileira.

Precisamos, enquanto mulheres, gerenciar o orçamento. Se nós conseguimos fazer feira com 380 reais, o que se dirá com os 38 bilhões do CPMF. Vamos ocupar os espaços dos orçamentos no lugar dos economistas. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Muito obrigado.

Com a palavra ao Sr. Petrônio, último a falar, do Pró-Cidadania. Em seguida, vamos passar a palavra aos membros da Comissão.

O SR. PETRÔNIO OMAR QUERINO TAVARES - A esta altura, quase 14h, gostaria de ser porta-voz de um convite da Câmara dos Deputados para almoçarmos por sua conta, mas não recebi essa incumbência.

No momento em que o Parlamento brasileiro passa por uma crise tremenda, vergonhosa e indescritível de credibilidade, salvam-se exceções. Aproveito a oportunidade para cumprimentar, entre essas exceções, o Deputado Raul Jungmann, parabenizando-o agora, quando sua conduta como Parlamentar se sobressai.

Este momento é muito importante, mas precisamos lembrar um humorista brasileiro que disse que palavras são palavras, nada mais que palavras. Precisamos ter cuidado para não ficar apenas nas palavras nesta audiência pública em que estamos quase chegando ao final. Precisamos terminar logo porque assim determina o Regimento da Assembléia Legislativa do Estado. Precisamos ter o desdobramento dessas palavras.

Preocupo-me com uma meta da Secretaria de Segurança Pública e Desenvolvimento de Defesa Social de que Palmares terá uma delegacia especializada para mulheres em 4 anos.

Sou homem e estou aqui trabalhando em homenagem póstuma à Vereadora Geni Tavares, que, em 1955, há meio século, foi a primeira mulher eleita Vereadora na mata sul de Pernambuco, enfrentando a força do capitalismo e do monopólio da cana-de-açúcar. Pensem nisso: há 52 anos. Ela teve o seu terceiro mandato interrompido pelo golpe militar. Essa mulher era a minha mãe, que faleceu lúcida aos 84 anos. Ela me transmitiu esse desejo de atuar no terceiro setor e de lutar. Não podemos nos curvar aos poderosos.

Coloco o Pró-Cidadania à disposição do Fórum de Mulheres, para que na mata sul de Pernambuco, onde a mulher é mais do que objeto, é propriedade dos homens e dos poderosos, possamos atuar a fim de fazer a diferença nas eleições municipais dos próximos anos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Muito bem.

Havia me esquecido e peço desculpas ao Sr. Saulo Cabral dos Santos, do MOVPAZ, a quem concedo a palavra por 2 minutos.

O SR. SAULO CABRAL DOS SANTOS - Boa-tarde a todos. Tentarei ser breve.

Há um ponto fundamental no qual não ouvi ninguém tocar. Estamos há 4 horas e 10 minutos falando de combate à violência, mas não ouvi ninguém falar em construção de paz. Não ouvi ninguém falar em como fechar a torneira desses homens violentos que a sociedade está construindo. Vamos continuar a construir delegacias, presídios, para colocar os indivíduos que foram gerados pela sociedade violenta. Precisamos discutir como geramos esses indivíduos, frutos da cultura da violência.

Maria Tereza Maldonado relatou em seu livro um estudo feito nos Estados Unidos que diz que uma criança, ao final do ensino fundamental, já assistiu na mídia a mais de 8 mil assassinatos, já presenciou mais de 100 mil cenas de violência. São esses indivíduos que estão sedimentando sua personalidade na infância, que têm como referência essas cenas de violência. Não mudaremos a sociedade se não atentarmos para o fato do que está gerando indivíduos violentos e agressivos.

É importante termos em mente que precisamos de uma estruturação preventiva na escola em vários âmbitos, porque a nossa educação é violenta.

Aprendemos na escola que Duque de Caxias é nosso herói, que os grandes heróis são Alexandre, o Grande, e Napoleão Bonaparte — grandes matadores, isso sim. São essas as nossas referências. Aprendemos todos os verbos da violência — bater, gritar, xingar, humilhar —, mas não encontramos num só livro da língua portuguesa o verbo "pazear" — consultem o *Aurélio*. Nossa cultura é de violência. Precisamos construir uma cultura de paz, que se faz por meio de transformar, desde pequenas, as crianças.

O MOVPAZ é uma ONG nacional presente em 27 cidades que quer discutir a violência em sua raiz e promover a transformação de nossa cultura. É sempre importante irmos mais além.

Obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Delegada Verônica, V.Sa. gostaria de fazer a distribuição dos *kits* agora?

(Não identificado) - Sr. Presidente, peço licença para dizer que outras palavras estão faltando aqui, como redistribuição de renda, porque a pobreza de que tratou a Sra. Tarciana são os excluídos. A violência deriva da injustiça e da desigualdade, mais do que da pobreza.

Quero lembrar aos Deputados Federais aqui presentes que temos um remédio eficaz para corrigir todas essas injustiças. Refiro-me à reforma política, que está sendo discutida e que tem de ser ampla, participativa e democrática. Esperamos contar com os senhores para isso, ou ela não passará de uma piada, mais uma vez. A grande violência institucional. Fim do superávit, fim da DRU, etc.

Não podemos ignorar todo esse pano de fundo com o qual convivemos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. VERÔNICA AZEVEDO - Sr. Presidente, vou fazer a entrega dos *kits*.

Peço desculpas aos demais componentes da Mesa, mas dispomos de apenas 4 *kits*, que vamos oferecer à comitiva de Brasília.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. VIANA VALADARES - Sr. Presidente, eu me inscrevi e gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Peço que aguarde a distribuição dos *kits*, por favor.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. VERÔNICA AZEVEDO - Deputado, por gentileza, eu não concluí o que estava dizendo. Eu tinha solicitado a V.Exa. a possibilidade de falar, já que a Polícia Civil tinha sido citada em dois momentos.

A representante das profissionais do sexo alegou que estavam procurando as delegacias e não estavam sendo devidamente atendidas, sendo chamadas inclusive por nomes de baixo calão, uma coisa que realmente me surpreende, porque a nossa unidade policial permanece no mesmo local, com o mesmo telefone e, se não foi feita a denúncia, eu realmente desconheço.

Ontem, eu estive no Centro das Mulheres do Cabo participando de um programa em que estava presente o Delegado, mas não tomamos conhecimento.



Acho uma atitude leviana e irresponsável creditar-se à Polícia Civil, que é uma instituição séria, esse descaso.

A partir de agora, já sabemos, então, vamos tomar esse tipo de providência. A Polícia Civil trabalha com indícios e denúncias. Nós não tivemos isso. Então, por gentileza, o nosso telefone, para esse tipo de denúncia, é o 3303-5426.

Era isso que eu queria esclarecer.

Muito obrigada.

A SRA. VIANA VALADARES - Finalmente. Meu nome é (*ininteligível*) Viana Valadares, sou de São José do Egito. A minha casa foi invadida a mando do juiz, do promotor; a polícia entrou lá, 3 policiais, e o oficial de justiça, que foi agindo como policial e inclusive empurrou 2 soldados em cima de mim. Eu venho há mais de um ano lutando, na Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, uma das vezes inclusive eu fui à Serra Talhada por causa de outro problema, mas tudo isso, por problema patrimonial, de herança.

Não é só a mulher pobre que é vilipendiada neste Estado. A mulher rica um dia vai deixar de ser rica, porque, se ela tiver 6 irmãos como eu tenho — são 6 irmãos e 6 ladrões. Eu fiz um poema em que eu digo:

*Roubar irmão é normal, disse o amigo inimigo, sem ler o Código Penal
Ele se chamava João, sua mãe, minha madrinha, tal pensamento não tinha
Se o irmão roubar irmã quando lhe vê distraída, quer lhe ver esganecida
É só parente serpente que nunca fez um repente nem um poema bem
pensado*

Que é ouro bem pesado, porque é só nisso que ele pensa

O dinheiro bem contado, que é só isso que ele intenta. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Muito obrigado.

Vou passar a palavra agora aos membros da Comissão para as suas despedidas.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MELO - Sr. Presidente, agradeço a todas as pessoas que estiveram presentes a esta reunião.

Saio daqui com outro entendimento sobre a violência especificamente contra a mulher, pelas informações que nos foram passadas.



Na qualidade de representante do povo do meu Estado na Câmara dos Deputados, devo dizer que na Comissão de Segurança vamos continuar juntos, para, a cada dia, reduzir as desigualdades que existem no Brasil, atacando principalmente a violência, tema que escolhemos para trabalhar na Casa.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pela iniciativa. Esta audiência pública de hoje, aqui em Recife, no Estado de Pernambuco, foi muito proveitosa. Nós, como o companheiro Deputado Fernando Melo, vamos retornar a Mato Grosso com um aprendizado e uma nova visão das dificuldades que as mulheres enfrentam, no dia-a-dia, no combate à violência.

Temos experiência nessa questão, lutando na defensoria pública, propondo medidas judiciais, cautelares. Inúmeras foram as experiências que vivemos no dia-a-dia. Lembro-me de que, certa vez, chegou ao meu gabinete uma mulher com o olho roxo, cujo marido era policial militar. Ela estava com medo de tomar providências, mas a incentivamos, orientamos e ajudamos. Fomos junto com o oficial de justiça, na casa dela, cumprir o mandado de busca e apreensão dos seus pertences. O marido dizia que lá ela não entraria; se entrasse, morreria. Então, fizemos um enfrentamento. E não houve só esse caso, mas vários.

Agora, com a Lei Maria da Penha, esse instrumento fundamental, as coisas avançam ainda mais. Há alguns pontos que precisam ser aperfeiçoados, como já foi dito aqui por vários colegas que me antecederam. Vamos continuar nessa luta — levaremos boas impressões de Pernambuco, em especial daqui, de Recife — no enfrentamento da violência contra a mulher.

Parabenizo o Deputado Raul Jungmann, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, o Governo de Pernambuco e a sociedade, que está mobilizada para fazer esse enfrentamento. A própria Constituição diz que a segurança é responsabilidade de todos nós, da sociedade e do Poder Público. Portanto, somente unidos, debatendo e fazendo os encaminhamentos necessários é que vamos conseguir reduzir muito o nível de violência.

Agradeço à Comissão a oportunidade de aqui estar. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - O Deputado Fernando Melo tem uma reminiscência pernambucana.



O SR. DEPUTADO FERNANDO MELO - Ao conversar, aqui, com a Secretária Iara Cristina, que falava da história de Pernambuco, para fazer comparações e chegar à questão da violência atual, lembrei-me de um fato. Sou neto de pernambucano. Meu avô era conhecido no meu Estado como Seu Pernambuco. Ele nasceu aqui, em Pernambuco, e, no final do século XIX, tinha apenas 10 anos de idade quando foi seqüestrado e foi parar no Acre. Essa é uma clara demonstração de que a violência existe há muito tempo. E perdemos o contato, não sabemos a qual família ele pertencia. Mas, com certeza, uma família ficou sem seu filho, já no final do século XIX.

Faço esse registro e ressalto a satisfação de aqui estar, em companhia de quem tem sangue pernambucano.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Muito obrigado, Deputado Fernando Melo.

Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Quero, mais uma vez, elogiar a iniciativa do Deputado Raul Jungmann, Vice-Presidente da Comissão. A aprovação das leis é apenas um passo para que a sociedade construa dignidade e cidadania. Tenho insistido na discussão de políticas públicas, mas também na discussão da participação direta da sociedade nos processos de Orçamento.

Vou convidá-los a compartilhar conosco de trabalho publicado há poucos dias. Trata-se do livro que tem um título muito interessante: *Impostos, de onde vêm? Gastos públicos, para onde vão?* Coordenado por um professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, João Sicsú, o livro tem diversos artigos, de vários autores, e trata exatamente da disputa pelas riquezas, recursos, programas, projetos sociais. Um dos autores desse livro é o economista Márcio Pochmann, que relata algo muito grave.

Muitos setores econômicos privados têm ido à imprensa dizer que o País gasta muito com as áreas sociais e com a Previdência Social. O programa Bolsa-Família, por exemplo, é muito atacado. Mas Márcio Pochmann lembra que todos os gastos feitos para atender às famílias inscritas no Bolsa-Família representam apenas 0,7% do Produto Interno Bruto do Brasil. Em compensação, os gastos



financeiros com a dívida pública, juros e títulos que vencem de tempos em tempos, representam 8% do PIB brasileiro. Ou seja, esta talvez seja a maior violência simbólica contra a sociedade brasileira: retirar da sociedade recursos muito caros. Quem conhece a estrutura de impostos no Brasil sabe que temos diversos impostos sobre a renda, o consumo, mas não há impostos sobre a herança, as grandes fortunas, o patrimônio, o lucro das grandes empresas. Portanto, isso é um convite a uma reflexão.

A companheira Gigi dizia há pouco que não dá para pensar a promoção da vida, da paz, sem nos envolvermos na luta de classes e na distribuição das riquezas.

Parabenizo pela iniciativa o companheiro Raul e saúdo os companheiros Fernando e Valtênir, que aqui compareceram abrindo mão de outras atribuições em seus Estados, como já fizemos em outras ocasiões.

Mais uma vez, informo que, no dia 13 de agosto, vamos promover uma oficina de capacitação em Orçamento e Segurança Pública, com a participação do SINPOL, das associações de peritos e profissionais das Polícias Civil e Militar e também do Ministério Público, para que possamos começar a debater a gestão pública, o Orçamento público, contribuindo para a democratização dos orçamentos e melhoria das políticas. Convido todos a participar desse evento.

Quero fazer uma ressalva: a Delegada Verônica fez referência a uma comunicação do Chefe da Polícia Civil de Pernambuco, Delegado Manoel Carneiro, que solicitou apoio para uma emenda ao Orçamento da União que visa transferir, no próximo seguinte, cerca de 48 milhões para o Estado de Pernambuco. Esse montante de recursos só pode ser viabilizado por meio de emenda de bancada ou apresentada pela Comissão de Segurança Pública, que, contudo, não faz emendas para os Estados, só as propõem para programas federais, que podem, no futuro, atuar também junto aos Estados.

Pondero que esse pleito do Delegado poderia ser objeto de uma intervenção do Governador Eduardo Campos junto à bancada federal de Pernambuco. Conseguimos, de 2006 para 2007, pela primeira vez, obter o aval da bancada para uma emenda, hoje estimada em 16 milhões, para a Universidade de Pernambuco. Os 25 Deputados da bancada de Pernambuco nunca tinham tido a oportunidade de



dar seu aval a uma emenda ao orçamento do Ministério da Educação para a UPE e nós o conseguimos.

Então, sugiro que, por intermédio da Secretária, nossa companheira Cristina, no momento adequado, proponha-se ao Governador Eduardo Campos esse convencimento, para que a bancada possa chancelar uma proposta de bancada, ou seja, uma emenda que venha representar reforço nos programas e investimentos para a segurança pública, defesa social e promoção da vida e da paz em Pernambuco.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Muito obrigado, Deputado Paulo Rubem.

A Secretária Cristina Buarque também quer usar a palavra.

A SRA. CRISTINA BUARQUE - Serei muito breve.

Quero aproveitar a palavra do Sr. Saulo sobre a construção de uma cultura de paz, para dizer que isso é fundamental, no que se refere à educação. O Procurador Marcos disse que cada pequena ação é bastante grande nesse processo que vivemos já há alguns anos. Ainda teremos muitos anos de trabalho pela frente para alcançar resultados.

Elogio a iniciativa do Deputado Raul Jungmann.

Agradeço a presença aos Deputados Valtenir Pereira e Fernando Melo. Foram muitas as audiências públicas e creio que precisamos de muitas mais, porque se trata de um espaço de grande afinação. Vimos a diferença dos pontos de vista, das compreensões ou das próprias incompreensões sobre a questão. Então, precisamos de muita audiência pública. Em cada momento desse, eu, pelo menos, aprendo muitíssimo sobre o meu Estado, sobre o que está se pensando fora dele.

A Secretaria da Mulher, nessa incumbência de articular, junto com a sociedade civil e outras Secretarias de Estado, uma política de enfrentamento — não uma política de Governo, mas uma política de Estado, em que se reúnem outros Poderes, de enfrentamento à violência contra a mulher —, espera e precisa contar com a contribuição de todos os senhores. Com essas senhoras, estamos bem afinadas.



Quero dizer ao Deputado Paulo Rubem Santiago que é excelente a idéia de apresentarmos uma emenda de bancada para enfrentamento da violência contra a mulher em Pernambuco — uma emenda que trate da questão da violência em geral seria excelente. Divulgaríamos, assim, profundamente a Lei Maria da Penha, constituiríamos nossas não só 15 delegacias, muito mais, além de defensorias. Seria um começo de conversa para o ano de 2007 — essa conversa já ocorre há vários anos entre o Fórum das Mulheres de Pernambuco, a Ministra e o Congresso Nacional.

Muito obrigada, em nome do Governador.

Agradeço a presença a todas as pessoas. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Eu comentava ainda há pouco com a Cristina como essas pessoas ficaram aqui até a esta hora. Estamos aqui praticamente desde as nove e meia da manhã. Esse é um depoimento de disposição, de vontade, de energia, de compreender, participar e construir um caminho comum.

Quero agradecer imensamente pela presença a todos, não só aos que estão presentes neste momento, mas aos que estiveram e efetivamente não puderam permanecer.

Estendo os meus agradecimentos à ALEPE, Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, ao pessoal da equipe que ficou até agora — são todos trabalhadores que estão doando o seu tempo para estar ao nosso lado; à equipe do nosso gabinete que organizou esse encontro; a Sra. Cristina Buarque, representando aqui o Governador, como também o representante do Prefeito João Paulo. Eles nos trouxeram o Chefe do Executivo local estadual, presente a esta nossa audiência pública — agradeço à parte a contribuição que cada um dos dois nos deram, juntamente com todos os demais.

Agradeço ainda ao Deputado Paulo Rubem Santiago não só pelas palavras generosas, como também pela contribuição que S.Exa. deu, aliás, como sempre dá em tudo aquilo que faz, com seriedade e competência. Sobretudo, quero agradecer — perdoem e me permitam todos — àqueles que deixaram o seu Acre, o seu Mato Grosso e estão aqui hoje dando uma demonstração de que, mais do que Parlamentares regionais, são Parlamentares nacionais. *(Palmas.)* Deveríamos,



evidentemente, ser eleitos pela nossa circunscrição, mas jamais perder a noção de que somos, sim, Parlamentares federais, Parlamentares nacionais.

Tanto o Deputado Valtenir Pereira quanto o Deputado Fernando Melo foram exemplares. Tanto da minha parte, como tenho certeza, do Deputado Paulo Rubem Santiago, colocamo-nos inteiramente à disposição para trocar esse gesto de generosidade, de compromisso.

E há dois pontos, só para fechar. Em primeiro lugar, alguém que esteve aqui falou sobre reforma política. Quero falar da minha tristeza. Se hoje eu fico, Cristina, mais alegre é por conta desse debate que aconteceu. Mas o fato de o Parlamento — se me permitem dizer, o meu Parlamento, o nosso Parlamento — não ter sido capaz de se auto-reformar, vivendo uma crise que está destruindo e retirando a sua legitimidade, é motivo de muita tristeza e sobretudo de muita preocupação.

Lembro-me de que, anos atrás, eu vi uma exposição no Museu da República, onde Getúlio Vargas se suicidou, e nunca esqueci. Havia uma frase lá que dizia o seguinte: *“Fala-se mal da política e dos políticos, mas, quando o Parlamento é fechado e os políticos se calam, sobrevêm o grande medo, porque já ninguém falará por nós”*. Ou seja, a alternativa de democracia, a reforma democrática, não é a ditadura. Longe disso. Ninguém está defendendo isso. Mas, de fato, é muito preocupante e motivo de tristeza que não tenhamos sido capazes de nos auto-reformar com a crise. Praticamente, como diz Drummond, *“sempre no mesmo engano, outro retrato”*, digo que, no mesmo escândalo, apenas muda o mandato, a cara, o nome, seja de quem for.

Enfim, motivos de alegria, hoje, nos foram dados com esta audiência pública.

O papel do Presidente é aparecer pouco e permitir o espaço, a grande tenda de encontro e conversa. Espero ter cumprido, pelo menos no que propus em termo de auto-responsabilidade.

E, falando em responsabilidade, a última que eu queria dizer é que saio, sim, com enorme responsabilidade. Não tinha noção, Cristina, e todos, também, da responsabilidade que verga as nossas costas, a partir de agora. Evidentemente, não temos, no Parlamento, Valtenir, Paulo, Fernando e eu, condições de intervir diretamente, mas, evidentemente, de explorar espaço de convergências e responder pela responsabilidade e também aqui assumir o compromisso. Voltaremos, numa



segunda ou numa terceira vez, para acompanhar esse processo, em nome das mulheres.

Em termos pessoais, a minha descoberta para a questão do feminino se deu quando eu tive uma filha. Evidente tive mãe, esposa, mas minha filha me trouxe muito à realidade. Em nome dela e de todas as mulheres, muito obrigado. *(Palmas.)*

Está encerrada a reunião.